

Lula diz que crescimento do PIB neste ano vai surpreender 'os pessimistas'

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse, discordar de avaliações negativas sobre o PIB (Produto Interno Bruto) neste ano. Segundo ele, o crescimento da economia vai ser maior do que preveem os "pessimistas".

A declaração ocorreu na abertura de reunião com ministros no Palácio do Planalto, no mesmo dia em que o Boletim Focus divulgou média da projeção do PIB estacionada em 0,9%.

"[Eu] Disse para o Fernando Haddad semana passada que não concordo com avaliação negativa que o PIB vai crescer 0,1%, de que o PIB não sei das quantas", disse Lula aos ministros.

"Vamos ver o que vai acontecer quando a chamada economia micro, pequena e média começar a acontecer

nos rincões desse país. Vamos ver o que vai acontecer quando as pessoas começarem a produzir mais, a comprar mais, a vender mais. A gente vai perceber que a economia vai dar salto importante", continuou.

O Boletim Focus é divulgado semanalmente pelo Banco Central, traz as previsões e expectativas de agentes do mercado para indicadores brasileiros.

A declaração também ocorre num momento em que a porcentagem de brasileiros que antevem uma piora na economia subiu de 20% para 26%, de acordo com pesquisa Datafolha divulgada neste sábado (1º). Entre os que contam com uma melhora, houve uma queda de 49% para 46%, e 26% dizem acreditar que não haverá mudança nos rumos da atividade econômica.

O desta semana, que mos-

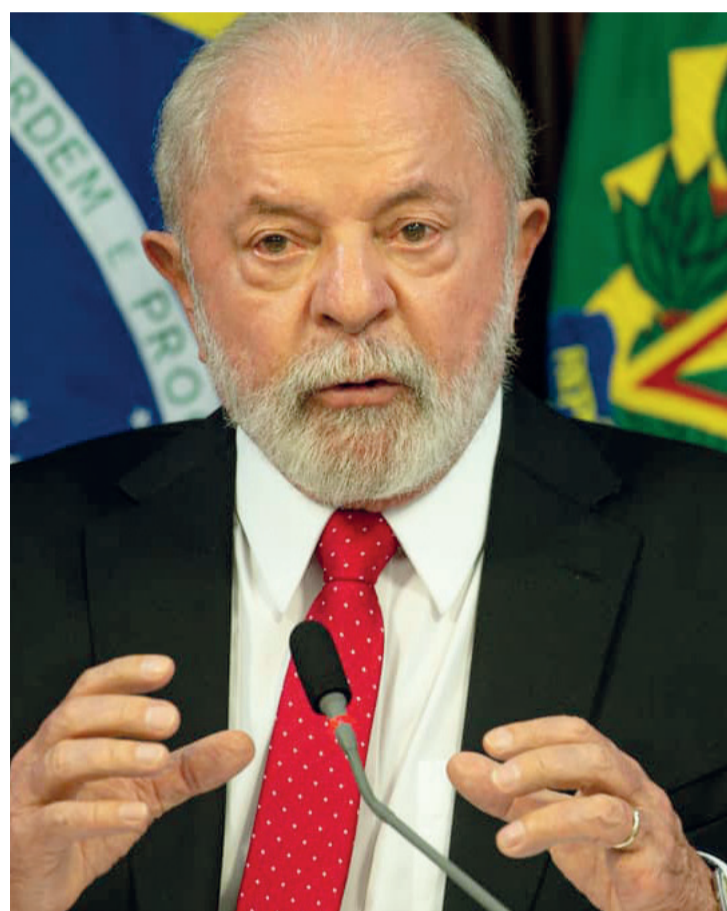
trou o PIB de 2023 estacionado, ocorre após a apresentação, na última quinta-feira, pela equipe econômica de Haddad no novo marco fiscal. Em seu discurso de abertura da reunião ministerial, Lula disse ainda que o ministro da Economia estava feliz com a proposta.

"Se você olhar para a cara do Haddad, depois do marco regulatório que ele fez, olha a cara dele de felicidade. Significa que ele tá acreditando que vai passar [no Congresso]", afirmou.

A minuta do texto ainda não foi finalizada. Mas ele deve ser protocolado nos próximos dias, segundo o ministro, e o governo poderá incorporar as novas regras à proposta de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, a ser apresentada até 15 de abril.

Marianna Holanda/Folhapress

O projeto da nova regra,



Economia



Centrais propõem reajuste extra do mínimo de 2,4% pelos próximos 3 anos

Página - 03

Política

Datena pede a Boulos que 'peite' Lula e sugere chapa com ambos

Página - 12

Ação no TSE que pede Bolsonaro inelegível chega à fase final para julgamento

Página - 12

Governo autoriza reajuste de 5,5% nas tarifas dos Correios

Página - 03



Ministra na França posa para Playboy e sofre ataques do governo e da oposição

Pág - 02

Putin quer mísseis nucleares perto da Otan e 'torpedo do Juízo Final' no Pacífico

Pág - 02



No Mundo

Ministra na França posa para Playboy e sofre ataques do governo e da oposição



A secretária de Estado da França Marlène Schiappa, 40, vai estampar a capa da próxima edição da revista Playboy a ser lançada na próxima quinta-feira (6), dia marcado para mais uma jornada de mobilização contra a impopular reforma da Previdência do governo francês.

Com isso, mesmo antes de chegar às bancas, o ensaio abriu um novo e indiscreto capítulo na crise política que ronda o presidente Emmanuel Macron, após ele mesmo ter sido alvo de piadas por concedido uma entrevista à revista infantil em quadrinhos Pif Gadget no momento em que o país enfrenta uma

ebulição nas ruas.

Completa o quadro a entrevista do Ministro do Trabalho, Olivier Dussopt, linha de frente da reforma da Previdência, à revista "Tetù", na qual ele assume sua homossexualidade.

As aparições extravagantes num momento de tensão política e social foram apontados pela oposição como cortina de fumaça. Mas coube ao ensaio de Schiappa para a revista erótica um lugar de destaque entre as críticas, que vieram do governo e da oposição, além de uma advertência da própria primeira-ministra, Elisabeth Borne.

Célebre por evocar a igualdade de gênero, Borne

teria telefonado a Schiappa para afirmar que sua aparição na revista "não foi nem um pouco apropriada, especialmente no período atual" que o país atravessa.

Nos bastidores, especula-se que o caso fragilize de maneira irreparável a administração de Borne, que não teria sido informada das negociações de Schiappa com a Playboy, ou que possa levar à demissão da ministra.

Schiappa foi ao Twitter reafirmar sua posição. "Defender o direito da mulher de dispor de seu corpo em todo lugar, o tempo todo."

Fernanda Menna/Folhapress

Putin quer mísseis nucleares perto da Otan e 'torpedo do Juízo Final' no Pacífico

Em meio ao aumento da retórica nuclear de Vladimir Putin para tentar conter o apoio do Ocidente à Ucrânia, a Rússia anunciou que irá colocar os mísseis nucleares em Belarus perto das fronteiras do país com a Otan e que planeja iniciar as operações do "torpedo do Juízo Final" no Pacífico talvez já no ano que vem.

A previsão de emprego de mísseis táticos Iskander em Belarus foi anunciada na semana retrasada por Putin, em um movimento largamente simbólico: se quiser usar armas nucleares na Europa,

o alcance de seus mísseis em casa é mais do que suficiente.

Mas armas táticas são destinadas a ataques pontuais, teoricamente de emprego mais possível do que no caso das estratégicas (que visam ganhar guerras), e a proximidade das fronteiras tem dois motivos.

Um é absorver ainda mais Belarus ao chamado Estado da União, uma aliança existente com a Rússia que o ditador local, Aleksandr Lukachenko, nunca quis ver aprofundada para não perder poder.

Igor Gielow/Folhapress



Justiça da Índia suspende prisão de Rahul Gandhi, principal opositor de Modi



A Justiça da Índia suspendeu nesta segunda (3) a pena de prisão de dois anos de Rahul Gandhi, principal opositor do premiê Narendra Modi e descendente de uma outrora poderosa dinastia política.

A suspensão valerá até o julgamento do recurso apresentado pela defesa de Gandhi, que tenta reverter a condenação. Há uma audiência programada para o próximo dia 13 de abril, na qual ele não precisará comparecer. Além disso, mais dois processos por difamação foram abertos contra o político, e ele deve se apresentar ao tribunal em um deles na cidade de Patna, no leste do país, em

12 de abril.

A decisão pode impactar a participação dele nas eleições gerais de 2024, nas quais a sigla de Modi, o BJP (Bharatiya Janata Party, ou partido do povo indiano), é favorita. Desde que a pena foi divulgada, há pouco mais de uma semana, a defesa de Gandhi anunciou que entraria com um recurso em um tribunal superior.

A estratégia era tentar impedir sua expulsão do Parlamento a lei local que rege as eleições determina a desqualificação de legisladores condenados à prisão por mais de dois anos, período correspondente à pena do político, além da inabilitação política por seis anos após o fim da

sentença.

Em um primeiro momento, o plano não deu certo apenas um dia depois da condenação, aliados de Modi no Legislativo agiram para desqualificar o opositor. Gandhi atribuiu a expulsão, que agora pode ser revertida, às suas denúncias de uma suposta ligação entre o primeiro-ministro e Gautam Adani, fundador da multinacional que leva seu sobrenome.

"Fui desqualificado porque o primeiro-ministro está com medo do meu próximo discurso que virá sobre Adani", disse Gandhi em uma entrevista coletiva, segundo a rede americana CNN, um dia depois de sua desqualificação.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Centrais propõem reajuste extra do mínimo de 2,4% pelos próximos 3 anos



Um dos alicerces da candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), as centrais sindicais propuseram nesta segunda-feira (3) ao governo a retomada da fórmula de valorização do salário mínimo implementada nas gestões petistas e a reposição de perdas da administração de Jair Bolsonaro (PL).

Pela proposta, nos próximos três anos o salário mínimo seria reajustado em mais 2,4% ao ano, além da inflação do período medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e da variação do PIB (Produto Interno Bruto).

Esse índice adicional de 2,4% seria destinado à recuperação das perdas provocadas pela não aplicação da regra de reajuste entre 2020 e 2022, no governo Bolsonaro.

Até 2019, o salário mínimo era corrigido pela soma do INPC à variação do PIB nos dois anos anteriores.

Aplicada como fruto de um acordo entre as centrais e o governo Lula em 2007, essa regra foi convertida em lei em 2015 com vigência até 2019. Em 2020, o governo Bolsonaro passou a corrigir o salário mínimo pela inflação, como determina a Constituição.

Em dezembro de 2022, já derrotado, Bolsonaro editou uma medida provisória estipulando em R\$ 1.302 o valor do mínimo para 2023. Lula, por sua vez, anunciou que a partir de maio será de R\$ 1.320.

De acordo com o cálculo do Dieese, porém, o salário-mínimo chegaria a R\$ 1.391 em 2023 caso a política de valorização não tivesse sido

suspensa. Considerando-se o valor de R\$ 1.320 já anunciado, a perda é de 5,4%.

Para a recuperação gradual dessa perda, seria necessário um reajuste extra de 1,77% ao ano, nos próximos 3 anos, além do que for definido como política de valorização do mínimo. Mas as centrais defendem mais 0,6% como um impulso à economia, chegando-se à proposta de 2,4%.

Caso o governo adote essa proposta, em 2024 o reajuste do mínimo será produto da soma da inflação, com o PIB (de 2,9%) e 2,4%.

A proposta foi encaminhada nesta segunda pelos presidentes das centrais ao grupo de trabalho instituído pelo governo Lula para desenho da nova política de valorização do salário mínimo.

Catia Sebra e Danielle Brant/Folhapress

Governo autoriza reajuste de 5,5% nas tarifas dos Correios

O Ministério das Comunicações autorizou os Correios a aumentarem em 5,5% as tarifas para envio de cartas e telegramas nacionais e internacionais. A autorização foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira e o reajuste já está em vigor.

Segundo o governo, o aumento seguiu a inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) no período entre janeiro e dezembro de 2022, descontado o fator de produtividade.

O envio de uma carta nacional até 20 g subiu de R\$ 2,35 para R\$ 2,45. Já a carta que pesa entre 450 g e 500 g foi de R\$ 12,55 para R\$ 13,25.

Para quem envia um telegrama nacional pela agência dos Correios, o preço saltou de R\$ 14,13 para R\$ 14,90.

No caso de cartas enviadas para o exterior, o preço do pacote que pesa até 20 g varia de R\$ 2 a R\$ 3, de acordo com o país destino. O último reajuste desses serviços havia sido em maio do ano passado.

Fernando Narazaki/Folhapress



Haddad prevê arrecadar até R\$ 8 bi com tributação de 'contrabando digital' por e-commerce chinês



O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou nesta segunda-feira (3) que estima arrecadar até R\$ 8 bilhões com a tributação de plataformas de varejo internacionais que driblam as regras da Receita Federal.

“O problema todo é o contrabando, o comércio eletrônico faz bem para o país, estimula a concorrência. O que temos de coibir é o contrabando porque está prejudicando muito as empresas brasileiras que pagam impostos”, afirmou Haddad, sem citar nomes de varejistas específicas.

Segundo o titular da Fazenda, as empresas “não podem fazer concorrência des-

leal com quem está pagando imposto” no país, e o valor esperado de arrecadação com a taxa é estimado “entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões”.

Em março, deputados e senadores da FPE (Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo) pediram que Haddad atue pelo fim do “contrabando digital” feito, segundo eles, por empresas chinesas, como a Shein. Segundo os parlamentares, as companhias asiáticas vendem produtos sem taxa ou subfaturados no país.

As varejistas nacionais reclamam da falta de isonomia na tributação e da diferença nos custos trabalhistas, o que daria vantagem competitiva para plataformas in-

ternacionais, que conseguem oferecer preços mais baixos.

As empresas de comércio eletrônico estrangeiras também são acusadas de praticar “contrabando digital” e evasão fiscal, ao supostamente se aproveitarem de brechas nas regras e fraudarem vendas para evitar a cobrança de impostos de importação.

A taxa de plataformas que descumpram as regras da Receita faz parte do pacote de medidas propostas pela Fazenda para arrecadar mais e conseguir atingir as metas previstas no arcabouço fiscal, entregando a melhora nas contas públicas prometida para os próximos anos.

Nathalia Garcia/Folhapress



Publicidade Legal

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09 – NIRE 35.300.453.824 – Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 24 de abril de 2022

Pet Center Comércio e Participações ("Companhia"), vem, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A.") e dos arts. 3º e 5º da Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução CVM 80/2022") convocar os Senhores Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia **24 de abril de 2023, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital**, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: **1. Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; **(ii)** apreciar as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(iii)** deliberar sobre a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, inclusive a retenção de lucros com base em orçamento de capital; e **(iv)** aprovar o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** realizar a ratificação da eleição da Sra. Sylvania de Souza Leão Wanderley como membro do Conselho de Administração; **(ii)** aprovar a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação Pró-Contaty Contabilidade S/S Ltda. para elaboração do laudo de avaliação, com base no critério contábil, do patrimônio líquido da Cansel de Ser Gato Serviços de Produção de Conteúdo Ltda. ("CDSG"), na data base de 28 de fevereiro de 2023, para fins de sua incorporação pela Companhia ("Laudo de Avaliação"); **(iii)** aprovar o Laudo de Avaliação; **(iv)** aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da CDSG pela Companhia ("Protocolo e Justificação"); **(v)** aprovar a incorporação da CDSG pela Companhia, com a consequente extinção da CDSG ("Incorporação"); **(vi)** aprovar a alteração do artigo 4º, caput, do Estatuto Social da Companhia para refletir os novos valores do capital social e da quantidade de ações em que se divide, e, como consequência a sua consolidação; **(vii)** aprovar a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. O detalhamento das deliberações propostas, e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar à distância na referida Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação à distância pelos acionistas e instruções gerais para preenchimento e envio do boletim de voto à distância) encontram-se na Proposta da Administração divulgada, em 24 de março de 2023, pela Companhia. **Instruções Gerais: Quórum de Instalação:** A matéria constante do item (vii) da ordem do dia em sede de Assembleia Geral Extraordinária, sobre a proposta de alteração do estatuto social, dependerá da presença, em primeira convocação, de acionistas representando, no mínimo, 2/3 do capital social com direito a voto da Companhia, nos termos do artigo 135, caput, da Lei das S.A. As demais matérias constantes da ordem do dia poderão ser deliberadas, em primeira convocação, se presentes acionistas representando, no mínimo, um quarto do capital social votante da Companhia, nos termos do artigo 125, caput, da Lei das S.A. Esclarecemos que, caso qualquer dos quóruns de instalação acima não sejam atingidos em primeira convocação, sem prejuízo da possibilidade de deliberar, em primeira convocação, sobre os itens da ordem do dia cujo quórum de instalação seja atingido, ocorrerá nova convocação, por meio de edital a ser publicado com, no mínimo, 8 dias de antecedência, nos termos do artigo 124, § 1º, II, da Lei das S.A. Em segunda convocação, a Assembleia instalar-se-á com a presença de qualquer número de acionistas. **Quórum de Deliberação:** Nos termos do artigo 129 da Lei das S.A., as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Acesso ao Sistema Eletrônico de Participação e Votação à Distância:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico de participação a distância ("Plataforma Digital"). Os acionistas que desejarem participar na Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=8A3064A2F78F>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 22 de abril de 2023, inclusive) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo indicado:

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador	X	X	X
CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (1)	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (2)	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso (2)	X (3)	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

(1) Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida; (2) Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto; (3) No caso de representação por procurador. No caso de procurador ou representante legal, deverá realizar o Cadastro com seus dados no endereço <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=8A3064A2F78F>. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado no Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O procurador ou representante legal que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Validação a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, sem limitação, o login e a senha individual de acesso, que autorizará apenas um único acesso na Assembleia. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista no Cadastro (ou seu respectivo procurador, conforme o caso). Caso o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@petz.com.br, com até 1 hora de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia na forma e prazos previstos acima. Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato no telefone +55 (11) 3434-7181 ou pelo e-mail ri@petz.com.br. Em cumprimento ao artigo 28, § 1º, II, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do equipamento do acionista com a Plataforma Digital) que dificultem ou impossibilitem a participação de um acionista na Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do artigo 47, § 1º, da Resolução CVM nº 81/2022. **Boletim de Voto à Distância:** Nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia adotará, também, o sistema de votação à distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto à distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelos dos boletins de voto à distância disponibilizados pela Companhia e observadas as orientações constantes do atual item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede social, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.petz.com.br/>), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 80/2022 e pela Resolução CVM nº 81/2022 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia. Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre as matérias a serem deliberadas deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia. São Paulo, SP, 24 de março de 2023. **Claudio Roberto Ely – Presidente do Conselho de Administração.** (01, 04 e 05/04/2023)

Hidroviás do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2023

1. Data, Horário e Local: 21/03/2023, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Fradique Coutinho, 30, 7º andar, Pinheiros, São Paulo-SP ("Reunião"). **2. Convocação e Presença:** A Reunião foi devidamente instalada, confirmada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Participaram, ainda, como convidados, os Srs. Fabio Schettino, Ricardo Fernandes Pereira, Gianfranco Cinelli e Guilherme Touriño Brandi ("Convidados"). **3. Mesa:** Presidente: Felipe Andrade Pinto; e Secretário: Guilherme Touriño Brandi. **4. Ordem do Dia: (i)** as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **(ii)** as atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia referentes ao quarto trimestre de 2022; e **(iii)** a autorização ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia para convocar a Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **5. Apresentação:** Os membros da Diretoria da Companhia presentes na Reunião realizaram apresentações acerca dos tópicos da ordem do dia ("Material de Suporte"). Após as apresentações, os membros do Conselho de Administração discutiram e esclareceram suas dúvidas a respeito do material fornecido e das apresentações realizadas, não havendo mais questionamentos, tampouco objeções em relação ao que foi apresentado ou ao que foi esclarecido. Os Srs. Ricardo Antonio Weiss e Antonio Mary Ulrich, membros do Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia, esclareceram que referido Comitê de Auditoria apreciou e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, nos termos de parecer emitido em 21/03/2023. **6. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes à Reunião decidiram, nos termos do Material de Suporte, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas: **(i) Aprovar** as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, acompanhadas do respectivo parecer dos auditores independentes da Companhia e do relatório da administração, cujas cópias ficam arquivadas na sede da Companhia, no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, a serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as providências necessárias para a divulgação de referidas Demonstrações Financeiras e dos demais documentos pertinentes previstos no Estatuto Social da Companhia, na legislação e na regulamentação aplicáveis, incluindo o parecer do Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes da Companhia, bem como fica a Diretoria autorizada a disponibilizar os documentos aplicáveis no endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários e no endereço eletrônico da Companhia; **(ii) Tomar conhecimento** acerca das atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia referentes ao quarto trimestre do ano de 2022, anuindo com as ações realizadas por referido Comitê; e **(iii) Autorizar** ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia a convocar oportunamente a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a fim de deliberar sobre as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, acompanhadas dos documentos mencionados no item (i) acima e demais matérias a serem objeto de deliberação. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as providências necessárias para a realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, incluindo a divulgação dos documentos que determinam o Estatuto Social da Companhia, a legislação e a regulamentação pertinentes, bem como fica a Diretoria autorizada a disponibilizar os documentos aplicáveis à referida Assembleia no endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários e no endereço eletrônico da Companhia. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos e executar todos os instrumentos necessários para a concretização das deliberações ora aprovadas. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração presentes, ficando autorizada a sua publicação. **8. Assinaturas:** Mesa: Presidente – Sr. Felipe Andrade Pinto; Secretário – Sr. Guilherme Touriño Brandi. **Membros do Conselho de Administração:** Felipe Andrade Pinto, Márcia Maria Ferraresi, Michell Fontes Souza, Cristina Corrêa Vergueiro Antun, Roberto Lucio Cerdeira Filho, Antonio Mary Ulrich, Denys Monteiro, Marcus Vinicius Menoita Nogueira e Ricardo Antonio Weiss. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 21/03/2023. (ass.) **Guilherme Touriño Brandi** – Secretário da Reunião. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 124.970/23-0 em 30/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

ENF SPE II S.A.

CNPJ/ME nº 30.612.977/0001-20 – NIRE 35.300.517.199

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 27/03/2023 na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, face à presença de representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Ricardo Lopes Cardoso; Secretário: André Bortolaso Stievano. **Deliberações tomadas por unanimidade:** (i) nos termos do Artigo 173, § 1º, da Lei das S.A., a redução do capital social de R\$ 1.854.523,94 para R\$ 1.238.035,94, mediante a restituição de parte do valor das ações, uma redução de R\$ 616.488,00 e, ainda, a redução no montante de R\$ 59.383.512,00, da conta de reserva de capital, na forma do Artigo 182, § 1º, alínea "a" da Lei das S.A. Tal redução será realizada sem o cancelamento de quaisquer ações de emissão da Companhia, uma vez que tais ações foram emitidas sem valor nominal. (ii) alteração da cláusula 5ª que passa a vigorar com a seguinte redação: "**Art. 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 1.238.035,94 representado por (i) 100 ações ordinárias e (ii) 229.342.947 ações preferenciais Classe A, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. § 1º. A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias. § 2º. Cada ação ordinária e cada ação preferencial Classe A confere ao seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação brasileira, conforme aplicável. As ações preferenciais Classe A conferem ao seu titular, além do direito a voto, o recebimento de dividendo fixo cumulativo, com prioridade na sua distribuição e no reembolso de capital da Companhia, nos termos da legislação brasileira." **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. Campinas, 27/03/2023. (ass.) **Mesa:** Presidente – Ricardo Lopes Cardoso; Secretário – André Bortolaso Stievano.

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

CNPJ/MF nº 33.987.793/0001-33

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 24 de fevereiro de 2023

Hora e Local: 18:00 horas, na sede social do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., ("Companhia"), na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte), 12º e 14º andares (partes) – Itaim Bibi, São Paulo-SP. **Quórum:** Presente a totalidade dos diretores em exercício. **Mesa:** Presidente: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Secretária: Milena Weiss Aloisi. **Convocação:** Por meio de avisos pessoais. **Deliberações:** Por unanimidade de votos, os diretores deliberaram (i) pela indicação do Sr. **Leonardo Mendes Cabral**, portador da cédula de identidade RG nº 120486543 – IFF/RJ, e do CPF sob o nº 086.464.857-06, como Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações previstas no art. 4º, inciso IV, da Resolução CVM nº 161, de 13/07/2022 ("RCVM 161"), com relação à atividade de intermediação de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários da Companhia; e (ii) pela indicação da Sra. **Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez**, portadora do RNE nº V635549-O/DPF, e do CPF sob o nº 233.827.708-22, como Diretora responsável pelo cumprimento das obrigações previstas no art. 4º, inciso V, da RCVM 161, com relação ao cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos previstos nesta Resolução. **Presenças:** Marcelo Augusto Ramos, Leonardo Raibin, Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez, Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça, Marcelo Antonio Chiov Luzzetti, Guilherme Ferrante Poças, Gabriela Rodrigues, Leonardo Mendes Cabral e Milena Weiss Aloisi. **Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça** – Presidente. JUCESP – Registrado sob o nº 96.409/23-0 em 03/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.

CNPJ/MF nº 61.809.182/0001-30

Carta de Renúncia

À Diretoria da **Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.** Prezados Senhores, Eu, **Aecto Antonio de Campos Pinto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.347.960-8 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 043.432.548-10, venho, por meio desta, apresentar minha renúncia ao cargo de Diretor sem designação específica da Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 61.809.182/0001-30 ("Companhia"). São Paulo, 08 de fevereiro de 2023. Atenciosamente, **Aecto Antonio de Campos Pinto**.

Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.

CNPJ/MF nº 61.809.182/0001-30

Carta de Renúncia

À Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP. São Paulo-SP. Prezados Senhores, Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 61.809.182/0001-30 ("Companhia"), localizada na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700, 11º andar (parte), 13º e 14º andares (partes), Itaim Bibi, cidade e Estado de São Paulo, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 35.300.013.409, vem, por meio desta, requerer o registro na JUCESP da carta de renúncia, datada de 08 de fevereiro de 2023, do Sr. **Aecto Antonio de Campos Pinto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.347.960-8 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 043.432.548-10, ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia. São Paulo, 08 de fevereiro de 2023. Atenciosamente, **Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 86.471/23-5 em 27/02/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,0631 / R\$ 5,0637 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,0680 / R\$ 5,0700 *

Turismo - R\$ 5,1600 / R\$

5,2700

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: 0,01%

OURO BM&F

R\$ 322,50

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,37%

Pontos: 101.506

Volume financeiro: R\$

21,651 bilhões

Maiores altas: Petrobras

ON (4,76%), Petrobras

PN (4,43%), PetroRio

ON (3,88%)

Maiores baixas: Lojas

Renner ON (-7,00%),

Hapvida ON (-6,49%),

Grupo Soma ON

(-5,80%)

S&P 500 (Nova York):

0,37%

Dow Jones (Nova York):

0,98%

Nasdaq (Nova York):

-0,27%

CAC 40 (Paris): 0,32%

Dax 30 (Frankfurt):

-0,31%

Financial 100 (Londres):

0,54%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,52%

Hang Seng (Hong Kong):

0,04%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,72%

CSI 300 (Xangai e Shen-

zhen): 0,98%

Merval (Buenos Aires):

3,65%

IPC (México): -0,01%

ÍNDICES DE**INFLAÇÃO****IPCA/IBGE**

Janeiro 2022: 0,54%

Fevereiro 2022: 1,01

Março 2022: 1,62%

Abril 2022: 1,06%

Maio 2022: 0,47%

Enops Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 69.183.143/0001-82

Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)				
Ativo	Nota	2022	2021	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	991.086	12.150.455	
Clientes	4	62.443.943	38.096.185	
Estoques		-	83.984	
Impostos a recuperar	5	528.544	898.099	
Conta corrente com consorciadas	6	838.910	481.777	
Outras contas a receber		630.087	353.631	
		65.432.570	52.064.131	
Não circulante				
Realizável a longo prazo		-	371.762	
Conta corrente com consorciadas	6	-	371.762	
Clientes	4	31.253.268	27.113.297	
Partes relacionadas	7	4.286.218	9.676.549	
		35.539.486	37.161.608	
Investimentos	8	1.831.020	2.510.934	
Imobilizado	9	5.943.018	219.814	
Intangível	10	-	1.648.248	
		7.774.038	4.378.996	
Total do ativo		108.746.094	93.604.735	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)						
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		10.500.000	2.100.000	9.459.951	-	22.059.951
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.172.043	10.172.043
Aumento de capital	16	4.500.000	-	(4.500.000)	-	-
Constituição de reserva legal	16	-	900.000	(900.000)	-	-
Destinação para reserva de lucro		-	-	10.172.043	(10.172.043)	-
Dividendos distribuídos	16	-	-	(1.688.617)	-	(1.688.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		15.000.000	3.000.000	12.543.377	-	30.543.377
Lucro líquido do exercício		-	-	-	15.064.858	15.064.858
Aumento de capital		2.500.000	-	(2.500.000)	-	-
Constituição de reserva legal		-	500.000	(500.000)	-	-
Destinação para reserva de lucro		-	-	15.064.858	(15.064.858)	-
Dividendos distribuídos		-	-	(8.402.309)	-	(8.402.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		17.500.000	3.500.000	16.205.926	-	37.205.926

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

1. **Contexto operacional** – A Enops Engenharia S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a prestação de serviços de operação e manutenção de sistemas de serviços públicos e de utilidades industriais, execução incorporação e administração de obras e serviços de engenharia, inclusive projetos e consultoria, por conta própria e de terceiros, comércio, locação, importação, exportação e montagem de equipamentos no seu campo de atuação, participação em consórcios, empreendimentos e licitações bem como a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção destes equipamentos. A Companhia atua no segmento de saneamento básico prestando serviços de engenharia em redução de perdas de água, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A Companhia também opera através da participação em outras Empresas (SPE, Consórcios e SCP) a seguir relacionadas: **1.1. SPE avaliada pelo método de equivalência patrimonial:** a) **MPEN SPE 1 Incorporação Imobiliária:** iniciou as operações em junho de 2015, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos imobiliários denominados “Tucumã – projeto nº 61963”, sito à Avenida Tucumã, Campeche, CEP 88066-139; “Jades – projeto nº 61968”, sito à Rua dos Jades, Campeche, CEP 88066-135 e “Supupira – projeto nº 61969”, sito à Rua Supupira, Campeche, CEP 88066-129, com participação de 50%; b) **MPEN SPE 2 Incorporação Imobiliária:** iniciou as operações (fase de estudos de uma possível permuta) em dezembro de 2019, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos imobiliários denominados “Mondrian”, sito à Rua Felipe Schmidt No. 34, CEP 88301-040 no Estado de Santa Catarina, na Cidade de Itajaí, com participação de 50%; c) **MPEN SPE 3 Incorporação Imobiliária:** iniciou as operações (fase de estudos e registro do empreendimento) em dezembro de 2019, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos nos Lotes 7 e 8 – Quadra 1-da Matricula “Mãe” No. 139.862 – Alvará de Construção No. 1223 – Sito à Rodovia Francisco Magno Vieira – Km 7 – No. 4.400-SC 405 – Morro das Pedras – Florianópolis-SC, com sede na Rua Manoel Pedro Vieira, No. 410 Apto 301-A, Armação do Pântano do Sul CEP 88066- Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, com participação de 50%; d) **MPEN SPE 4 Incorporação Imobiliária:** iniciou as operações em março de 2021, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos nos Lotes 197 e 05 – Quadra B-da Matricula “Mãe” 106.749 e 106.751 – Sito à Rua Guabiju S/No. – Campeche – Florianópolis-SC – Morro das Pedras – Florianópolis-SC, com sede na Rua Manoel Pedro Vieira, No. 410 Apto 301-A, Armação do Pântano do Sul CEP 88066- Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, com participação de 50%; e) **MPEN SPE 5 Incorporação Imobiliária:** iniciou as operações fase de estudos e registro do empreendimento) em abril de 2022, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos nos Lotes LOTE Nº 6 da QUADRA 7 Do Loteamento denominado PORTAL DO RIBEIRÃO, aprovado pelo projeto nº 56.277, situado no Distrito de Ribeirão da Ilha, Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, com participação de 50%. **1.2. Consórcios avaliados pelos critérios contábeis vigentes no CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto:** a) **Consórcio Águas de Tubarão:** iniciou as operações em janeiro de 2006, com a assinatura do Contrato Emergencial para operação do sistema de abastecimento de água do Município de Tubarão-SC, com participação de 33,34%, em 31 de dezembro de 2021 e 2022 o consórcio não está operacional; **1.3. Consórcios para atividades operacionais com custo compartilhado:** Na Prestação de Serviços de Engenharia, existem Consórcios constituídos para a execução das atividades operacionais dos contratos, onde as receitas são faturadas e registradas diretamente nos registros contábeis de cada Consorciada e o custo é compartilhado e registrado nos consórcios; a) **Consórcio Performance Meta,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (Nº 01.795/18); b) **Consórcio Performance Melhor Performance,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (No. 02.174/18); c) **Consórcio Performance Perdas Guarujá,** para

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)			
	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	17	112.305.665	88.916.564
(4) Custo dos serviços prestados	18	(84.123.862)	(69.886.458)
Lucro bruto		28.181.803	19.030.106
Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	18	(1.129.913)	(1.060.033)
Resultado de equivalência patrimonial	9	118.452	237.106
Participação de minoritário no resultado de SCP	9,3	-	(27.147)
Outras receitas e despesas operacionais (líquidas)	18	(185.410)	-
		(1.196.871)	(850.074)
Lucro antes do resultado financeiro		26.984.932	18.207.179
Resultado financeiro, líquido	19	(6.525.528)	(4.071.214)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		20.459.404	14.135.965
Imposto de renda e contribuição social – corrente	20	(6.174.102)	(3.491.617)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	20	779.556	(445.158)
Lucro líquido do exercício		15.064.858	10.199.190
Lucro básico por ação (em R\$ por ação)	21	0,86	0,68

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

estabelecer uma proporção e relação aos custos já incorridos. Essa proporção é aplicada sobre o valor da receita total contratada do projeto, determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período. **2.2. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. **2.2.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”), tal provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.2.3. Investimentos e consórcios:** Os investimentos em coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e pelo método de custo, os avaliados por equivalência são efetuados com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas coligadas na mesma data-base da Companhia. O investimento avaliado pelo método de custo na investida Jacundá Ambiental passa por avaliação de valor recuperável a fim de identificar a necessidade de realização de impairment. A Companhia possui participação em consórcios para operações em conjunto que estão sendo avaliados pelos critérios contábeis vigentes no CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, reconhecendo sua parcela sobre os ativos, passivos, receitas e despesas do consórcio. **2.2.4. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, às taxas anuais que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. **2.2.5. Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos ou desenvolvidos pela companhia que possuem vida útil definida, são registrados por seu valor de custo, subtraindo a amortização acumulada e ajustes a valor recuperável. Para os ativos intangíveis sem vida útil definida, o registro é efetuado pelo seu valor de custo, subtraído de ajustes a valor recuperável. A administração avalia anualmente a recuperabilidade de cada unidade geradora de caixa, através de projeções de fluxo de caixa futuro ajustados a valor presente utilizando uma taxa de desconto apropriada. **2.2.6. Avaliação do valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **2.2.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.2.8. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pró-rata temporis”). **2.2.9. Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e (ou) cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **2.2.10. Imposto de renda e contribuição social (lucro presumido):** Definida pela Lei nº 7.689/88, foi calculado com base no lucro presumido (percentual de presunção do faturamento acrescido das demais receitas tributáveis), observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social. **2.2.11. Reconhecimento de receita:** Receitas de contratos: a receita de prestação de serviços de engenharia é reconhecida levando-se em consideração o estágio de execução de cada contrato, ou seja, o progresso de cada obrigação de desempenho satisfeita ao longo da vigência do contrato sendo o

Demonstrações dos Resultados Abrangentes		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)	2022	2021
Lucro líquido do exercício	15.064.858	10.199.190
(+) Outros resultados abrangentes	-	-
(-) Total do resultado abrangente do exercício	15.064.858	10.199.190

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	15.064.858	10.172.043
Lucro líquido do exercício	15.064.858	10.172.043
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	85.735	437.720
Perda por redução ao valor recuperável de ativo intangível	320.836	549.996
Baixa de ativo imobilizado e intangível	1.538.992	-
Resultado de equivalência patrimonial	(118.452)	(237.106)
Participação de minoritário no resultado de SCP	-	27.147
Provisão dos juros do exercício sobre empréstimos e financiamentos	5.888.131	4.645.188
Provisão dos juros do exercício sobre debêntures	1.388.178	-
Complemento de provisão para contingências	-	216.000
Lucro do exercício ajustado	24.168.278	15.810.988
Aumento/diminuição dos ativos e passivos operacionais		
Clientes	(28.115.968)	(20.670.439)
Estoques	83.984	57.430
Impostos a recuperar	369.555	227.749
Outras contas a receber	(276.456)	(76.844)
Consórcios	493.641	2.092.780
Fornecedores	520.059	216.660
Obrigações trabalhistas e sociais	145.365	388.185
Obrigações tributárias	6.236.773	3.021.774
Outras contas a pagar	254.498	(20.376)
IRPJ e contribuição social pagos	(3.674.748)	(3.491.617)
Caixa líquido gerado/(consumido) das atividades operacionais	204.981	(2.443.710)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Redução de capital em investidas	798.367	1.350.000
Aquisições do imobilizado	(7.347.930)	(46.960)
Recursos recebidos na venda de imobilizado e intangível	1.327.412	606.217
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	(5.222.151)	1.909.257
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	4.505.000	-
Captações – conta garantida	4.765.500	22.000.000
Pagamento de principal	(19.867.634)	(9.097.226)
Pagamento de juros no exercício	(5.888.131)	(4.645.188)
Debêntures	-	-
Captações	17.685.000	-
Pagamento de principal	(2.942.328)	-
Pagamento de juros no exercício	(1.388.178)	-
Lucros distribuídos	(8.402.309)	(1.688.617)
Dividendos pagos aos sócios SCP	-	(27.147)
Partes relacionadas	5.390.881	(6.998.204)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(6.142.199)	(456.382)
Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(11.159.369)	(990.835)
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do período	12.150.455	13.141.290
No final do período	991.086	12.150.455
Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(11.159.369)	(990.835)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

progresso da obrigação de desempenho medido pela proporção dos custos incorridos em relação ao total dos custos estimados. A demais receitas são mensuradas pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo serviço; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (iv) o cliente aceitou o serviço. **2.2.12. Apuração do resultado:** Os resultados de serviços prestados de engenharia de projetos são registrados com base no regime de competência. **2.2.13. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações:** Não existem novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Companhia que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado. **2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas as estimativas contábeis são reconhecidas no período que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas o período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Carlos J. T. Berenhauer – Diretor Presidente
Eduardo Cerquetani – Diretor Financeiro
Robson Rodrigues – Contador CRC SP 282.959/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da Enops Engenharia S.A. – São Paulo-SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Enops Engenharia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enops Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da Receita – estimativa dos custos de constru-**

ção e percentual de conclusão das obras (“POC”): Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 02, a Companhia utiliza o método de Percentagem de Conclusão da Obra (“POC”) para contabilizar as receitas de prestação de serviços. O método de reconhecimento de receita por meio do POC requer que a administração da Companhia considere, entre outros aspectos, a estimativas dos custos a incorrer até o término da conclusão do serviço a fim de estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos e ao orçamento de custos do projeto. Essa proporção é aplicada sobre o valor total do projeto determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período. **Resposta de auditoria ao assunto:** Essa área foi considerada foco em nossa auditoria, pois o processo de reconhecimento da receita envolve estimativas críticas da administração na determinação dos orçamentos de custos, sua revisão periódica e o estágio da execução do serviço. Assim, quaisquer mudanças nessas estimativas podem impactar de forma relevante as demonstrações contábeis da Companhia. Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita, bem como para a preparação e aprovação das estimativas de custos a incorrer e para o monitoramento dos custos incorridos. Testamos os custos incorridos, em base amostral, inspecionando contratos, documentos fiscais e pagamentos feitos. Com base em uma amostra de contratos, inspecionamos os orçamentos e suas respectivas aprovações. Nossos procedimentos de auditoria demonstram que as estimativas utilizadas pela administração são consistentes com os dados e informações obtidas. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a

Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; ■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; ■ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; ■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 30 de março de 2023.

BDO BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. Contador CRC 2 SP 013.846/O-1
André Silva Moura Contador CRC 1 SP 300.564/O-7

Publicidade Legal

INFRASEC — Infrasec Securitizadora S.A.				
CNPJ nº 10.488.244/0001-19				
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2022 E 2021				
(Valores expressos em Reais – R\$ exceto quando mencionado de outra forma)				
Balanco patrimonial		2022	2021	
Ativo				
Circulante		697.870	396.391	
Caixa e equivalentes de caixa		679.758	380.815	
Outros créditos		18.112	15.576	
Não Circulante		1.622.257	1.434.624	
Contas a receber		1.418.622	1.235.838	
Partes relacionadas		203.635	198.786	
Total do ativo		2.320.127	1.831.015	
Passivo e Patrimônio líquido				
Circulante		209.853	109.647	
Fornecedores		153.996	95.631	
Obrigações tributárias		55.857	14.016	
Não circulante		1.936.854	1.936.854	
Partes relacionadas		1.936.854	1.936.854	
Patrimônio líquido		173.420	(215.486)	
Capital social		10.000	10.000	
Reserva legal		2.000	2.000	
Lucros/Prejuízos acumulados		161.420	(227.486)	
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.320.127	1.831.015	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido				
			Res. de	
	Capital	Reserva	lucros/(Prej.	Total
	social	legal	acumulados)	
Saldos em 31/12/2020	10.000	2.000	(655.369)	(643.369)
Lucro líquido do exercício	-	-	427.883	427.883
Saldos em 31/12/2021	10.000	2.000	(227.486)	(215.486)
Lucro líquido do exercício	-	-	388.906	388.906
Saldos em 31/12/2022	10.000	2.000	161.420	173.420
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto				
		2022	2021	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período		560.519	616.907	
Ajustes para conciliar o lucro antes do IRPJ e CSLL às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(16.398)	(49.195)	
Lucro antes do IRPJ e CSLL, ajustado		544.121	567.712	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Aumento/(diminuição) nos contas a receber		-	(250)	
Aumento/(diminuição) nos demais ativos circulantes		(2.536)	(2.027)	
Aumento/(diminuição) em obrigações trabalhistas e tributárias		63.088	(25.556)	
Aumento/(diminuição) nos demais passivos circulantes		58.597	61.131	
Fluxo de caixa das atividades operacionais		663.270	601.010	
IRPJ e CSLL pagos		(171.613)	(189.024)	
(=) Caixa líquido gerado pelas atividades operac.		491.657	411.986	
Diretoria				
Ricardo Kassardjian - Diretor Presidente Ismail Cristiano de Souza Moutinho - Diretor Claudio Caldas Bianchessi - Contador - CRC IRS034686/T-4 RS				
As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e nos endereços eletrônicos: https://datamercantil.com.br www.gov.br/cvm www.infrasec.com.br				

Credit Suisse Hedging-Griffo
Corretora de Valores S.A.

CNPJ/MF nº 61.809.182/0001-30

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 24 de fevereiro de 2023

Hora e Local: 17:00 horas, na sede social, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte), 12º a 14º andares (partes) – Itaim Bibi, São Paulo-SP. **Quórum:** A totalidade dos diretores em exercício. **Mesa:** Presidente: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Secretário: Teodoro Zemella Bruno de Lima. **Convocação:** Por meio de avisos pessoais. **Deliberações:** Por unanimidade (i) a indicação da Sra. **Gabriela Rodrigues**, portadora da cédula de identidade RG nº 43.722.032-1 SSP/SP, e do CPF sob o nº 228.013.818-29, como Diretora responsável pelo cumprimento das obrigações previstas no art. 4º, inciso IV, da Resolução CVM nº 161, de 13/07/2022 ("RCVM 161"), com relação à atividade de intermediação de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários da Companhia; e (ii) pela indicação da Sra. **Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez**, portadora do RNE nº V635549-O/DPF, e do CPF sob o nº 233.827.708-22, como Diretora responsável pelo cumprimento das obrigações previstas no art. 4º, inciso V, da RCVM 161, com relação ao cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos previstos nesta Resolução. **Presenças:** Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça, Augusto Afonso Martins, Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez, Marcello Antonio Chilov Luzetti, Guilherme Ferrante Poças, Rafael Paixão Gross, Leonardo Raibin, Teodoro Zemella Bruno de Lima e Gabriela Rodrigues. **Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça** – Presidente. JUCESP – Registrado sob o nº 97.094/23-7 em 03/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Credit Suisse Hedging-Griffo
Corretora de Valores S.A.

CNPJ/MF nº 61.809.182/0001-30

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 01 de fevereiro de 2023

Data, Hora e Local: 01/02/2023, às 11:00 horas, na sede social, à Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 700, 11º andar (parte) e 13º e 14º andares (partes), Itaim Bibi, São Paulo-SP. **Quórum:** Presente a totalidade dos diretores em exercício. **Mesa:** Presidente: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Secretário: Teodoro Zemella Bruno de Lima. **Convocação:** Por meio de avisos pessoais. **Deliberações:** Por unanimidade, os diretores tornam sem efeitos a deliberação da Reunião da Diretoria de 06/12/2022, ratificando que a indicação perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em caráter interno, do Sr. Teodoro Zemella Bruno de Lima, como diretor responsável pelas atividades de gestão de riscos da Sociedade, em substituição à Sra. Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez, não produziu e não produzirá quaisquer efeitos e, consequentemente, ficando mantida a indicação anteriormente realizada da Sra. **Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez** como diretora responsável pelas atividades de gestão de riscos da Sociedade. **Presenças:** Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça, Aécio Antônio de Campos Pinto, Augusto Afonso Martins, Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez, Marcello Antonio Chilov Luzetti, Guilherme Ferrante Poças, Rafael Paixão Gross, Leonardo Raibin, Teodoro Zemella Bruno de Lima e Gabriela Rodrigues. **Teodoro Zemella Bruno de Lima** – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 85.919/23-8 em 24/02/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Confira no nosso site as principais
notícias do dia:www.datamercantil.com.br

Ibovespa inicia semana em baixa de 0,37%, aos 101,5 mil, com foco no petróleo

O ganho acima de 4% para as ações da Petrobras na sessão foi o contraponto favorável na B3 ao inesperado corte de mais de 1 milhão de barris/dia na produção da Opep+, que havia sido antecipado no domingo, fora de encontro do cartel, e confirmado hoje em reunião do grupo – uma dinâmica que chamou a atenção do mercado, alerta a sinais que possam resultar em pressão adicional sobre a inflação global, em cenário de juros já muito altos.

Assim, fora do setor de

petróleo, o dia foi majoritariamente negativo para outros carros-chefes da Bolsa, como as ações de grandes bancos, que cederam até 2,79% (Itaú PN) no fechamento. Com a restrição da oferta da commodity, os preços do petróleo subiram mais de 6% nesta segunda-feira.

O Ibovespa encerrou em baixa pelo segundo dia, hoje de 0,37%, aos 101.506,18 pontos, entre mínima de 100.650,55 e máxima de 101.915,71 pontos na sessão, em que saiu de abertura aos 101.883,21 pontos. O giro fi-

nanceiro se manteve acomodado neste começo de semana, a R\$ 21,7 bilhões. No ano, o Ibovespa cede agora 7,50%.

Em Nova York, a decisão da Opep elevou os preços de ações do setor de energia e ajudou o blue chip Dow Jones a fechar em alta de 0,98%, acompanhado de longe pelo índice amplo, o S&P 500, que avançou 0,37% nesta segunda-feira. Por outro lado, o Nasdaq, que reúne as ações do setor de tecnologia, as de "crescimento", mais expostas à perspectiva para os juros e o custo de

crédito, cedeu hoje 0,27%.

“Os mercados globais tiveram um começo instável no segundo trimestre, devido ao plano surpresa da Opep+ de reduzir a produção de petróleo, que aumentou os temores de inflação elevada e fez com que os investidores reduzissem apostas em uma inclinação ‘dovish’ do Federal Reserve”, aponta em nota a Guide Investimentos.

“Aqui, os juros futuros chegaram a subir durante o dia, mas depois passaram a cair, e o dólar ficou praticamente estável. O corte surpre-

da da Opep+, que vem depois de um período de mínimas para a commodity, foi a principal notícia neste começo de semana, com foco do mercado sobre fatores como custo de energia e fretes, que pressionam inflação. É preciso ver até onde vai esse aumento de preços”, diz Matheus Willrich, especialista em renda variável da Blue3 Investimentos, destacando ainda a agenda da semana, que culmina na sexta-feira com o relatório sobre o mercado de trabalho nos Estados Unidos.

Isto é Dinheiro

Moedas Globais: dólar recua ante rivais, na esteira do PMI dos EUA

O dólar recuou ante rivais nesta segunda-feira, 3, após dados do índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) dos Estados Unidos indicarem a possibilidade de uma recessão na economia americana, o que poderia afetar o aperto monetário do Federal Reserve (Fed). Contudo, a moeda americana ganhou fôlego e avançou contra divisas emergentes.

Por volta das 17 horas (de Brasília), o dólar avançava a 132,44 ienes, o euro avançava a US\$ 1,0904

e a libra tinha alta a US\$ 1,2418. Já o índice DXY, que mede o dólar ante uma cesta de moedas fortes, recuou 0,05%, aos 102,093 pontos.

O dólar iniciou a sessão em alta, impulsionado pela notícia de que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) irá cortar sua produção de petróleo. Como a commodity é negociada na moeda americana, o anúncio ofereceu um fôlego “temporário” ao dólar, avalia o ING. No entanto, o banco aponta que um direcionamento hawkish por dirigentes do

Fed seria necessário para dar mais estabilidade à moeda.

Nesta segunda, dados do PMI industrial americano apresentaram sinais de maior contração da atividade, o que enfraqueceu o dólar ante as principais moedas rivais. Para o Wells Fargo, a atividade industrial deve perder ainda mais ímpeto, devido a condições financeiras mais apertadas e à grande incerteza provocada pelo colapso de bancos regionais, precedendo um cenário de recessão. Em discurso após anunciar a última decisão

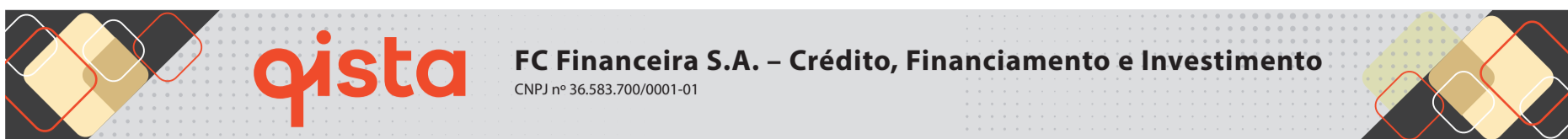
monetária, o presidente do Fed, Jerome Powell, havia afirmado que o aperto das condições financeiras como consequência das turbulências bancárias poderia fazer o trabalho da política monetária, o que aumentou expectativas do mercado por uma pausa na elevação dos juros.

O TD Securities relatou que as mudanças no cenário macro levaram o banco de investimentos a reduzir perspectivas para o dólar, favorecendo alta do euro e da libra em níveis acima dos previstos anteriormente. Em

relatório, o Bank of America (BofA) indica que o mês de abril deve ser positivo para a libra, tendo em vista o tradicional movimento de pagamento de dividendos das empresas britânicas listadas no FTSE e outros fatores que beneficiam a moeda.

Contra emergentes, o dólar avançava a 19,1994 liras turcas, no horário citado. A moeda da Turquia ampliou perdas após dados da inflação local, que desacelerou, mas ainda em nível elevado.

Isto é Dinheiro



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Prezados Acionistas, A Administração da FC Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Qista”), Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, empresa especializada em empréstimos, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, vem por meio deste apresentar os resultados da Focus, bem como as correspondentes informações contábeis intermediárias, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022. Mensagem da Administração. O ano de 2022 foi marcado por muitos desafios e neste contexto a Qista promoveu ações de crescimento de sua carteira de crédito, sem deixar de realizar os ajustes necessários em seus modelos e controles, em decorrência das principais oscilações do mercado brasileiro identificadas no período, tais como: (i) o aumento da inadimplência; (ii) a alta da inflação; (iii) o aumento da taxa de juros básica; e (iv) o aumento do desemprego no Brasil. Apesar de todos os desafios, em 25 de fevereiro de 2022 a Qista anunciou uma combinação de negócios com a PP Promotora de Vendas. Esse movimento corrobora com a intenção de crescimento da instituição no mercado de crédito no Brasil. A combinação de negócios foi submetida ao BACEN (Banco Central do Brasil), em razão da sinergia entre as linhas de negócios de ambas as instituições. Como não houve mudança de Controle, não há necessidade de aprovação prévia do Bacen, apenas notificação. Ademais, a Qista realizou ações importantes que potencializam sua longevidade operacional, objetivando além disso alcançar o seu breakeven de resultado durante o exercício de 2023. Nesse sentido, em julho de 2022 apresentamos ao BACEN um plano de ação que propõe a manutenção da FC Financeira no que se refere aos seus respectivos limites operacionais. Tais ações foram realizadas concomitantemente, sendo elas: (i) redução na concessão de ativos de maior risco, com revisão periódica dos indicadores; (ii) revisão da política de crédito com entrada de nova política objetivando melhorar em 15% o nível de inadimplência do novo ativo; (iii) ação de cobrança com entrada de duas empresas terceiras e ainda uma cobrança digital; (iv) ações de débito em conta, renegociação, acordos e cartão de crédito; (v) análise da securitização da carteira ativa; (vi) cessão da carteira com rating H e HH; (vii) revisão dos canais de originação; (viii) revisão das despesas operacionais e de pessoal; (ix) revisão das comissões comerciais com parceiro; (x) entrada em produtos de menores riscos, como a Antecipação do saque aniversário do FGTS; (xi) aceleração do refinanciamento com clientes de menores riscos; e (xii) ações para aprimoramento da gestão de capital e reequilíbrio do índice de baseleia, que contou com um aporte de capital no 2º semestre na ordem de R\$ 39,2 milhões. Ainda neste contexto, somando-se às principais iniciativas definidas pela Administração, durante o exercício de 2022, a instituição objetivou ampliar seu portfólio de produtos com menores riscos em 2023, tais como: (i) Empréstimo Pessoal com garantia do celular; (ii) empréstimo pessoa com garantia no saque aniversário do FGTS; (iii) consignado SIAPE; (iv) ampliação das parcerias para viabilização do produto BNPL (Buy Now Pay Later); e (v) a consolidação de parcerias com empresas de pequeno e médio portes (PME). Os referidos produtos permitirão uma melhor distribuição do risco da carteira de crédito atual da instituição. **Sobre a Qista:** A FC Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Qista”), situada a Avenida Magalhães de Castro 4.800 – Cidade Jardim - São Paulo/SP, é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

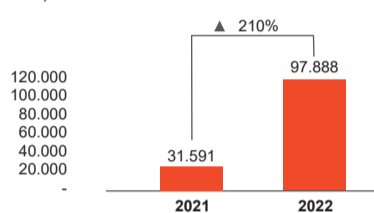
Em R\$ Mil, exceto em %	31/12/2022	Variação	31/12/2021
Lucro/Prejuízo Líquido	(30.088)	318,3%	(7.193)
Margem Líquida (%)	(44%)	79,6%	(24,5%)
Lucro/Prejuízo por Ação (R\$/Ação)	(0,38)	58,3%	(0,24)
Capital Social	79.034	163,4%	30.000
Patrimônio Líquido Inicial	15.770	(31,3%)	22.952
Patrimônio Líquido Final	64.871	311,4%	15.770
ROE	(46,4%)	1,8%	(45,6%)
ROAE	(38,1%)	2,4%	(37,2%)

Em 31 de dezembro de 2022, a Qista registrou ativos totais de R\$ 211,7 milhões (crescimento de 64%). A carteira de crédito constitui o principal ativo, representando 73% do total em 31 de dezembro de 2022. A carteira de crédito líquida totaliza R\$ 94,3 milhões e gerou receitas de intermediação financeira de R\$ 97,9 milhões. O patrimônio líquido da instituição totalizou R\$ 34,8 milhões e contará com aportes de capital, no exercício de 2023, na ordem de R\$ 35 milhões para reforço de capital, alavancagem e recomposição do Índice de Baseleia. A Qista encerrou o exercício com um prejuízo líquido de R\$ 30,1 milhões, este resultado e indicadores de rentabilidade da Qista refletem o reduzido tempo de atuação não permitindo ainda ter alcançado o ponto de equilíbrio.

Recetas:

Recetas

(em milhões de reais)

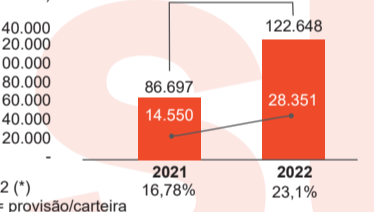


Recetas: Em 31 de dezembro de 2022 as receitas totais totalizaram R\$ 97,9 milhões e estão majoritariamente alocadas em receitas com intermediação financeira decorrentes de operações de crédito pessoal (R\$ 68,4 milhões).

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (“PDD”)

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

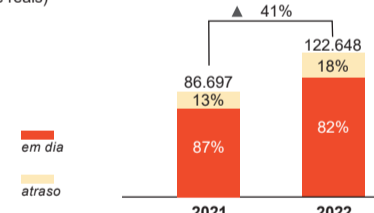
(em milhões de reais)



PDD sobre carteira: No exercício de 2022 a carteira teve um incremento de 41% totalizando R\$ 122,6 milhões em empréstimos concedidos. O percentual das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em relação à carteira também subiu, em razão do crescimento da carteira em 2022, bem como em relação aos efeitos decorrentes do cenário macroeconômico sobre o mercado de crédito no Brasil. As provisões reconhecidas sobre a carteira de crédito da Qista seguem os padrões da Resolução 2.682/1999 e o percentual da PDD sobre a carteira acompanha os padrões de mercado. **Carteira:**

Carteiras em dia e em atraso

(em milhões de reais)



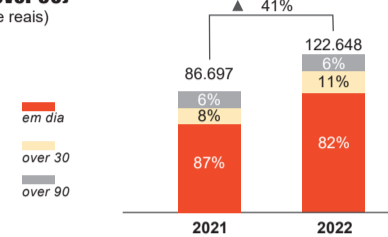
Cobertura 2682 (*)
(*) Cobertura = provisão/carteira

Cobertura 2682 (*)
(*) Cobertura = provisão/carteira

Carteira em dia e em atraso: A carteira de crédito da Qista está composta por 82% de suas operações em dia. Das operações em atraso 9% estão classificadas com atraso acima de 90 dias. Para conter o avanço da inadimplência a Qista realizou ajustes nas faixas de riscos de concessão de crédito (empréstimos para clientes classificados como menor risco) e intensificou campanhas de cobranças, para as operações em atraso. No exercício de 2022 os indicadores de curto prazo sinalizam melhora da inadimplência.

% de atraso acima de 30 e 90 dias (over 30 e over 90)

(em milhões de reais)



Carteira em dia e em atraso: Em razão de fatores macroeconômicos, a Qista realizou ações de contenção da inadimplência ajustando os níveis de riscos na concessão do crédito (empréstimos para clientes classificados como menor risco). Adicionalmente, agregou novos elementos de análise e intensificou o processo de cobrança de contratos inadimplentes. Em 31 de dezembro de 2022 os ativos considerados como problemáticos totalizaram 6% da carteira. Os limites estão dentro dos padrões de mercado. **Cenário Econômico e Mercado de Crédito: Ano de 2022:** Os últimos dois anos foram majoritariamente marcados, pelas ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19. Considerando-se que havíamos superado duas temporadas complicadas, o mercado aguardava ansioso por uma retomada. Entretanto, em fev/22 a guerra entre Rússia e Ucrânia trouxe impactos globais, sobretudo no que se refere a elevação dos preços do petróleo e seus derivados. Em razão da alta no preço dos combustíveis, o IPCA foi pressionado e subiu 1,06% em abr/22, atingindo o patamar de 12,13% no acumulado de 12 meses. Esse patamar de inflação não era visto nesta magnitude desde 2003, quando bateu 13,98%. Neste contexto, em decorrência da meta de inflação estabelecida pelo governo para 2022, cujo patamar era de 3,5% com teto máximo de 5%, o Copom (Comitê de Política Monetária) seguiu com esforços para elevar a Taxa Selic. A Meta Selic atingiu o patamar de 13,75% a.a. em ago/22, o que encareceu relevantemente os custos com captações comparativamente com o mesmo período de 2021, quando a taxa estava no patamar de 5,25% a.a. Apesar disso, alguns indicadores deram sinais de melhoria da economia. Por exemplo, segundo o IBGE a taxa de desemprego recuou de 14,7% em jun/21, para 8,7% no terceiro trimestre de 2022. Entretanto, o segundo semestre foi negativamente marcado pelo cenário político, que através do novo governo aprovou a elevação do teto de gastos em R\$ 145 bilhões, apenas no exercício de 2023, além de liberar investimentos de até R\$ 23 bilhões recorrentes de receitas extraordinárias. De acordo com o relatório Termômetro de Crédito da Assessoria Econômica da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), o ritmo de expansão do crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) perdeu intensidade no 2º semestre saindo de uma taxa de 17,8% a.a. em jun/22, para 14% a.a. em dez/22. A perda de velocidade dos empréstimos para pessoas físicas (PF) foi a maior responsável pelo arrefecimento. Adicionalmente, o relatório ainda aponta uma clara deterioração na qualidade da carteira de empréstimos, para pessoas físicas, e um cenário desfavorável no que se refere à qualidade dos ativos que impactou relevantemente o nível de provisão das instituições financeiras em geral. **Perspectivas para 2023:** Diante dos cenários apresentados, a Qista vem tomando ações a fim de dar continuidade em seu plano de expansão, tanto que em abr/2022 concluiu o processo de combinação de negócios com a PP Promotora de Vendas, o que potencializou o ampliou sua capilaridade no mercado de crédito no Brasil. Atualmente, Qista e PP Promotora de Vendas somam uma base com mais de 11 milhões de clientes. No entanto, com a deterioração do crédito no Brasil a companhia vem calibrando os seus motores, a fim de reduzir riscos sem deixar de capturar o melhor cliente no processo de concessão de crédito. Por isso, todas as ações realizadas no início do 2º semestre de 2022, resultaram em importantes reduções nos indicadores de inadimplência no 4º trimestre de 2022. Vale destacar também que em linha com os objetivos propostos pela companhia, os controladores aportaram cerca de R\$ 49 milhões durante o ano de 2022. O que oportunizou à Qista avançar em sua estratégia de expansão no mercado de crédito no Brasil. Em nossa perspectiva, o ano de 2023 será marcado por grandes desafios, no entanto, também oferecerá grandes oportunidades. Nós estamos preparados em todos os sentidos, para que a Qista supere seus desafios e não perca as grandes oportunidades que o mercado irá nos oferecer. Contudo, as operações realizadas no período estão alinhadas aos objetivos estratégicos estabelecidos para a instituição, sendo que os resultados apurados estão de acordo com as projeções de negócios.

Rating

Agência	Rating	Data de atualização	Perspectiva
Austing Rating	brBB	31/01/2022	Estável

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2022, atribuiu o rating de crédito de longo prazo “brBB” e a perspectiva estável para a Qista. A instituição apresenta solidez financeira intrínseca regular e parâmetros de proteção adequados, mas vulneráveis às condições econômicas, gerais e setoriais que podem afetar suas condições intrínsecas de funcionamento. **O risco é médio.** As operações realizadas no período estão alinhadas aos objetivos estratégicos estabelecidos para a instituição, sendo que os resultados apurados estão de acordo com as projeções de negócios. A estrutura organizacional e operacional implementada é compatível com aquela estabelecida no plano de negócios e adequada à natureza e à complexidade dos produtos, serviços e atividades da Qista. São Paulo, 31 de março de 2023. **A Diretoria.**

Desempenho Econômico-Financeiro

Balanco Patrimonial (em R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021	Var. %
Ativos Totais	211.686	129.342	64%
Carteira de Crédito	122.648	86.697	41%
(-) provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(28.351)	(14.550)	95%
Passivos Financeiros	174.312	111.328	57%
Patrimônio Líquido	34.783	15.770	121%
Resultado (em R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021	Var. %
Resultado de intermediação financeira	31.619	11.678	171%
Despesa com provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	18.655	14.778	26%
Resultado Operacional	(54.601)	(16.504)	231%
Resultado Líquido do Período	(30.088)	(7.192)	318%

Sumário executivo:

Em R\$ Mil, exceto em %	31/12/2022	Variação	31/12/2021
Receita Operacional Bruta	68.376	132,6%	29.393
Deduções à Receita Operacional	(36.757)	(2.540,6%)	(1.392)
Receita Operacional Líquida	31.619	12,9%	28.001
Custos Operacionais	(86.220)	111,4%	(40.785)
Lucro Bruto	(54.601)	327,1%	(12.784)
Margem Bruta (%)	(79,85%)	(83,6%)	(43,5%)
EBITDA	(54.601)	(327,1%)	(12.784)
Margem EBITDA (%)	(79,85%)	(83,6%)	(43,5%)
Resultado Financeiro Líquido	3.824	1.117,8%	314
Depreciação e Amortização	(714)	20,1%	(595)
Imposto de Renda, Contribuição Social	24.513	163,3%	9.311

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
ATIVO	NE 31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	165.194	101.684	
Disponibilidades	4a 943	392	
Instrumentos financeiros e derivativos			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4b -	8.281	
Aplicações no mercado aberto		8.281	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5 47.566	29.101	
Carteira própria		39.714	29.101
Vinculados ao banco central		7.852	-
Operações de crédito	84.293	56.679	
Setor privado	6a 111.377	67.975	
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f (27.084)	(11.296)	
Outros créditos	6g 32.151	6.813	
Diversos		32.151	6.813
Outros valores e bens	9 241	418	
Despesas antecipadas		241	418
Não circulante	46.492	27.658	
Instrumentos financeiros e derivativos		10.004	15.468
Operações de crédito	10.004	15.468	
Setor privado	6a 11.271	18.722	
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f (1.267)	(3.254)	
Outros créditos	33.873	9.312	
Créditos tributários	14 33.873	9.312	
Outros valores e bens	9 297	229	
Despesas antecipadas		297	229
Imobilizado de uso	7 1.469	1.844	
Custo		2.395	2.366
(-) Depreciações acumuladas		(926)	(522)
Intangível	8 849	805	
Custo		1.432	1.077
(-) Amortizações acumuladas		(582)	(272)
Total do ativo	211.686	129.342	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Capital Social dos abrangentes	Outros resultados Acumulados	Prejuízos Acumulados
Saldo inicial em 01/01/2021	30.000	(11)	(7.037)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	10	-
Lucro (Prejuízo) do período	-	-	(7.192)
Saldo Final 31/12/2021	30.000	(1)	(14.229)
Saldo inicial em 01/01/2022	30.000	(1)	(14.229)
Aumento de capital	49.034	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	17	-
Lucro (Prejuízo) do período	-	-	(30.038)
Saldo Final 31/12/2022	79.034	16	(44.267)
Saldo inicial em 01/07/2022	39.811	(30)	(23.526)
Aumento de capital	39.223	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	46	-
Lucro (Prejuízo) do período	-	-	(20.741)
Saldo Final 31/12/2022	79.034	16	(44.267)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
	2º semestre/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita de intermediação financeira	15 35.177	62.334	27.296	
Operações de crédito		30.674	55.926	26.075
Receita de depósitos interfinanceiros		156	322	181
Resultado de operação com títulos e valores mobiliários		3.355	5.038	1.032
Recuperação de créditos baixados p/ prejuízo		992	1.048	8
Despesas de intermediação financeira	16 (3.689)	(36.757)	(18.928)	
Despesas de captação		(10.670)	(18.102)	(4.150)
Reversões/(provisões) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		6.981	(18.655)	(14.778)
Resultado da intermediação financeira	31.488	25.577	8.368	
Receitas operacionais	17 4.058	6.042	3.310	
Receita de serviços		4.030	6.000	3.259
Outras		29	42	51
Despesas operacionais	(61.971)	(86.220)	(28.182)	
Outras despesas administrativas	18 (8.827)	(18.327)	(11.095)	
Despesas com pessoal	19 (6.010)	(12.158)	(7.934)	
Despesas tributárias	20 (1.481)	(2.589)	(1.566)	
Outras despesas operacionais	21 (45.653)	(53.147)	(7.570)	
Despesas de provisão contingência	11 -	-	(17)	
Resultado operacional	(26.425)	(54.601)	(16.504)	
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(26.425)	(54.601)	(16.504)	
IRPJ e CSLL diferidos	13 17.128	24.513	9.312	
Resultado líquido do semestre/exercício	(9.297)	(30.088)	(7.192)	
Número de ações	79.033.903	79.033.903	30.000.000	
Lucro/prejuízo por ação	(0,12)	(0,38)	(0,24)	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
	2º semestre/2022	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo líquido do semestre/período	(9.297)	(30.088)	(7.192)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente	(1)	17	(1)
Varição do IRPJ/CSLL sobre ativos financeiros ao valor justo	-	7	-
Resultado abrangente do semestre/período	(9.298)	(30.064)	(7.193)

1. Contexto operacional: A FC Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (Instituição), situada à Avenida Magalhães de Castro 4.800 Cidade Jardim - São Paulo/SP, é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A Instituição

foi constituída em 6 de março de 2020 e obteve junto ao Banco Central do Brasil (BACEN), autorização para funcionamento em 15 de outubro de 2020. A Instituição tem como principais objetivos a concessão de crédito pessoal (CP), Crédito Pessoal com garantia do FGTS, crédito direto ao consumidor (CDC), BNPL e SIAPE. Além dos recursos próprios, a Instituição, capta no mercado via emissão de certificados de depósito bancário

FC FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - CNPJ 36.583.700/0001-01		DEMOSNTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)						
		2º semestre/2022						
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021				
Fluxos de caixa das atividades operacionais								
Prejuízo do semestre/exercício		(9.297)	(30.088)	(7.192)				
Ajustes para reconciliar o prejuízo								
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.981)	18.655	14.778					
Depreciações e amortizações	372	714	586					
Ajuste de Avaliação Patrimonial	47	18	10					
IRPJ e CSLL (Crédito Tributário)	(17.128)	(24.513)	(9.312)					
Prejuízo ajustado do semestre/exercício (Aumento) redução nos ativos operacionais	(32.987)	(35.213)	(1.130)					
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos								
Operações de crédito	(7.017)	(18.465)	(6.050)					
Outros créditos	1.449	(40.805)	(84.535)					
Outros valores e bens	(16.019)	(25.338)	(6.747)					
	211	110	(459)					
Aumento (redução) nos passivos operacionais								
Depósitos	14.722	62.984	103.836					
Outras obrigações	(1.026)	347	1.342					
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(40.666)	(56.380)	6.257					
Fluxo de caixa das atividades de investimentos								
Aquisição de imobilizado	-	(29)	(248)					
Aplicações no ativo intangível	(244)	(355)	(34)					
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(244)	(384)	(282)					
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos								
Capital Integralizado	39.223	49.034	-					
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	39.223	49.034	-					
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.687)	(7.730)	5.975					
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	2.630	8.673	2.698					
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	943	943	8.673					
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.687)	(7.730)	5.975					
e. Composição de operações de crédito por faixas de vencimento:								
Créditos Vencidos		31/12/2022	31/12/2021					
De 1 a 14 dias		3.175	1.532					
De 15 a 30 dias		3.307	1.353					
De 31 a 60 dias		4.424	2.190					
De 61 a 90 dias		3.115	1.695					
De 91 a 120 dias		2.759	1.389					
De 121 a 150 dias		2.021	1.006					
De 151 a 180 dias		1.340	762					
De 181 a 240 dias		1.274	998					
De 241 a 300 dias		337	480					
De 301 a 360 dias		47	152					
Subtotal		21.798	11.557					
Créditos a Vencer								
De 1 a 30 dias		20.100	6.180					
De 31 a 60 dias		20.030	6.483					
De 61 a 90 dias		17.694	5.482					
De 91 a 180 dias		17.087	15.043					
De 181 a 360 dias		14.669	22.752					
De 361 a 720 dias		10.700	18.978					
De 721 a 1080 dias		524	214					
De 1081 a 1440 dias		47	8					
Subtotal		100.850	75.140					
Total		122.648	86.697					
f. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:								
		31/12/2022	31/12/2021					
Saldo Inicial		14.550	13					
Constituição/Reversão		18.655	14.779					
Baixados para prejuízo		(4.854)	(242)					
Saldo Final		28.351	14.550					
Desde novembro de 2021 a FC Financeira adotou a renegociação da carteira de crédito conforme art. 8 da resolução 2.682, no exercício de 2022 foram renegociadas operações que totalizam R\$ 20.410.								
g. Outros créditos:								
		31/12/2022	31/12/2021					
Antecipações Férias/13º Salário		56	41					
Adiantamento a Fornecedores		41	52					
Adiantamento Corban		31.448	6.500					
Devedores Diversos		606	220					
Créditos Tributários (Nota 14)		33.873	9.312					
Total		66.024	16.125					
7. Imobilizado de uso:								
	Valor de Custo	Depre- ciação	Saldo residual	Valor de Custo	Depre- ciação	Saldo residual		
Móveis	300	10%	(56)	244	300	10%	(27)	273
Equipamentos de Informática	455	20%	(167)	289	426	20%	(84)	342
Equipamentos Diversos	20	10%	(4)	16	20	10%	(2)	18
Benefitorias em Imóveis de Terceir	1.620		(700)	920	1.620		(409)	1.211
Total	2.395		(926)	1.469	2.366		(522)	1.844
(a) A depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros é realizada pelo prazo de contrato de aluguel do imóvel. 8. Intangível: Composição Intangível:								
		31/12/2022	31/12/2021					
Custo		Amorti- zação	Saldo residual	Custo	Amorti- zação	Entra- da	Saldo residual	
Software	805	20%	(310)	355	849	20%	(272)	34
Total	805		(310)	355	849		(272)	34
Os imobilizados intangíveis tratam-se de sistemas adquiridos para controle das operações e seu custo de implantação CAPEX lançados nessa rubrica. 9. Depósitos: a. Composição de Depósitos a Prazo, por faixa de vencimento:								
		31/12/2022	31/12/2021					
Faixa de Vencimento (2)		Faixa de Vencimento	De 1 a 2 anos	De 1 a 2 anos				
CDB - Pré-Fixado		117.142	95.126					
CDB - Pós-Fixado(1)		57.170	16.202					
Total		173.775	111.328					
Circulante		122.100	8.927					
Não Circulante		51.675	101.754					
(1) Os depósitos a prazo pós fixados são indexados ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) e o percentual médio é de 11,6% a.a. (Pré) e 14,7% a.a. (Pós) (2021 10,7% a.a. (Pré) e 13,4% a.a. (Pós)). (2) O valor das comissões antecipadas, decorrentes das emissões dos CDBs totalizam R\$ 537 (2021 R\$ 647).								
b. Despesas com operações de captações no mercado:								
		2º semestre/22	31/12/2022	31/12/2021				
Depósito a Prazo		10.438	17.459	4.080				
FGC		230	643	70				
Total		10.668	18.102	4.150				
10. Outras obrigações:								
		31/12/2022	31/12/2021					
Fornecedores a Pagar		821	579					
Comissões a Pagar		2	286					
Provisões Com Obrigações Trabalhistas		774	549					
Fiscais e Previdenciárias		894	532					
Salários a Pagar		-	246					
Cretores Diversos		5	21					
Provisão FGC		96	28					
Pensão Alimentícia a Pagar		-	3					
Total		2.591	2.244					
Em 31 de dezembro de 2022 as obrigações fiscais e previdenciárias são representadas por impostos e contribuições a recolher, dentre eles ISS, IRRF, PIS, COFINS, IOF, INSS e FGTS. 11. Passivos contingentes: As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos e são classificadas de acordo com os requerimentos normativos do CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), aprovado pelo Banco Central do Brasil através da Resolução CMN 3.823/09. Em 31 de dezembro de 2022 a Instituição não possui processos com probabilidade de perda provável, porém, o total dos passivos contingentes cuja probabilidade de perda é considerada possível consiste em 41 processos de natureza cível que totalizam o valor de R\$ 232 (não foram registrados passivos contingentes classificados como possíveis em 31 de dezembro de 2022).								

(CDB). A controladora dessa Instituição (FCBPC Holding S.A.) no dia 25 de fevereiro de 2022 concluiu para o grupo a combinação de negócios com a empresa Bom Pra Crédito, cuja razão social é PP Promotora de Vendas S.A., operação que agrega sinergia ao processo de crescimento da Instituição na consecução do seu projeto de crescimento sustentável. Os processos societários e jurídicos, bem como as autorizações junto aos órgãos reguladores, foram concluídos com sucesso, sem causar impactos sobre as demonstrações financeiras. Outras ações estão sendo tomadas para que a Instituição mantenha sua continuidade operacional, bem como alcance a inflexão do resultado durante o exercício de 2023. Em jul/22 apresentamos ao BACEN um plano de ação cujo objetivo é o de manter a FC Financeira dentro dos limites operacionais adequados e que abrange as seguintes ações: (i) redução na concessão de ativos de maior risco; (ii) revisão da política de crédito, com entrada de nova política que visa melhorar em 15% o nível de inadimplência do novo ativo; (iii) estratégia contínua de revisão da concessão dos ativos (revisão periódica dos indicadores); (iv) ação de cobrança com entrada de duas empresas terceirizadas e, ainda, uma cobrança digital; (v) ações de débito em conta, renegociação, acordos e de pagamento em cartão de crédito; (vi) análise da securitização da carteira ativa; (vii) cessão da carteira com rating H e HH; (viii) revisão dos canais de origemação de operações; (ix) revisão das despesas operacionais e administrativas; (x) revisão dos acordos comerciais com parceiros; (xi) operações com produtos de menor risco, como a antecipação do saque-aniversário do FGTS; (xii) aceleração do refinanciamento com clientes de menor risco; e (xiii) ações para aprimoramento da gestão de capital e reequilíbrio do Índice de Basileia, que contou com um aporte de capital no 2º semestre na ordem de R\$ 39,2 milhões. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo os CPCs previstos na Resolução CMN 4.818 em seu art. 4º, e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN). Para o período findo em 31 de dezembro de 2022 não houve alterações relevantes nas políticas contábeis. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis. A Instituição não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes dos itens normativos vigentes a partir de 01 de janeiro de 2022 e iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01 de janeiro de 2025, os quais serão concluídos até a data de sua vigência. As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios, a Administração efetua uma avaliação da capacidade da Instituição continuar às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Instituição em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. **b. Resolução CMN nº 4.966/21:** Em novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025. Entretanto, é exigido que as referidas instituições elaborem até 31 de dezembro de 2022, e mantenham à disposição do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação dessa regulamentação contábil. O plano para a implementação abaixo, apresentado de forma resumida, foi aprovado pela Diretoria da instituição. **• Plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21:** Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual da instituição, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização. Entretanto, como o Banco Central do Brasil ainda poderá divulgar normas complementares, necessárias à execução do referido normativo sobre o método simplificado para amortização de custos de transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPPJ, pisos de provisão para ativos com problemas de recuperação de crédito, regras para instituições S4 que pretendem optar pela abordagem simplificada da PECLD, entre outros, este plano poderá ser revisto pela gestão da instituição. A seguir, encontram-se listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21: **• Capacitação da equipe;** **• Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ);** **• Classificação de passivos financeiros;** **• Custos de transação;** **• Ativos com problemas de recuperação de crédito;** **• Renegociação e reestruturação de ativos financeiros;** **• Baixa de ativos financeiros;** **• Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;** e **• Evidenciação.** Observa-se que para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos: **• Cenário atual:** como a instituição trata as informações de acordo com a regulamentação vigente; **• Proposta:** o que a instituição entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma; **• Sistemas:** quais os aplicativos utilizados pela instituição, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução; **• Processos:** quais os processos afetados pela nova regra; e **Responsabilidades:** quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas. Em 29 de março de 2023 a Administração aprovou e autorizou a divulgação das demonstrações contábeis. **3. Resumo das principais práticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias. As aplicações interfinanceiras de liquidez, estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de *pro-rata die* com base na taxa efetiva das operações. **b. Títulos e Valores Mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/01, em três categorias apresentadas abaixo: **Títulos para negociação - adquiridos** com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são apresentados no ativo circulante e avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; **Títulos disponíveis para venda** - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários; e **Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Os títulos e valores mobiliários da instituição estão classificados na carteira disponível para venda, conforme pronunciamento Técnico CPC 46 previsto pela Resolução CMN nº 4.748 que define as hierarquias de valor justo. **• Nivel 1:** preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos. **• Nivel 2:** classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto. A instituição não possui ativos financeiros nesse nível em 31/12/2022. **• Nivel 3:** ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a instituição utiliza premissas internas para a determinação do seu valor justo. A instituição não possui ativos financeiros nesse nível em 31/12/2022. **c. Operações de crédito e outros créditos (operações com características de concessão de crédito):** Registradas a valor presente, calculadas *pro-rata die* com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. A partir do 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. **d. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito e outros créditos são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. **e. Cessão de Crédito:** A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se esgotam ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo. Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/2008, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias: **• Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional de ativo financeiro; (ii) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (iii) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. **• Venda de ativo financeiro em conjunto com swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente;** (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e, (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garante por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Os ativos continuam gerando resultado positivo e o passivo gerando despesa pela taxa aplicada na cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas. **• Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são clas-

sificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada. **f. Imobilizado de Uso:** Estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear com base em taxas anuais variáveis de 10% (Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso) e 20% (Equipamentos e Sistemas de Processamento de Dados). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi realizado estudo de recuperabilidade. **g. Ativo Intangível:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Compostos basicamente por softwares, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso. **h. Depósitos a prazo:** Estão demonstrados pelo valor da exigibilidade, acrescido dos encargos incorridos até a data do balanço (*pro-rata die*). **i. Provisões:** São reconhecidas quando: i) a Instituição tem uma obrigação presente, ou não formalizada, como resultado e eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e ii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. **j. Ativos e Passivos Contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: **• Contingências ativas:** Não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que garantam a sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. **• Contingências passivas:** São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e de administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. **• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** São reconhecidas nas demonstrações contábeis pelas demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **k. Demais ativos e passivos circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidas e incorridas até a data do balanço. Os valores realizáveis e exigíveis até um ano após a data-base são classificados no circulante e após um ano da data-base, no longo prazo. **l. Tributos correntes e diferidos:** Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir: **Tributos:**
Imposto de Renda IRPJ (15% + Adicional de 10%) 25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (de 01/01/19 a 31/12/21) 15%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (de 01/07/22 a 31/12/22) 16%
Programa de Integração Social - PIS 0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS 4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN Até 5%
A Instituição optou pelo recolhimento por estimativa mensal do IRPJ e da CSLL, com ajuste anual, conforme legislação tributária vigente. A Instituição poderá suspender ou reduzir o pagamento do imposto devido em cada mês através do levantamento de balancetes mensais. A administração procedeu ao reconhecimento dos créditos tributários atendendo aos critérios estabelecidos na Resolução 4.842 do CMN. De acordo com a medida provisória nº 1.115, de 28 de abril de 2022 convertida na Lei 14.446 de 2 de setembro do mesmo ano, a alíquota da contribuição social foi alterada de 15% para 16%, até 31 de dezembro de 2022. A alíquota da Contribuição Social foi de 16%, no período de 01 de julho de 2022 a 31 de dezembro de 2022, e voltará para 15% a partir de 01 de janeiro de 2023, de acordo com a Medida Provisória nº 1.115/2022 que foi convertida na Lei nº 14.446/2022, publicada no DOU (Diário Oficial da União) em 5 de setembro de 2022. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre prejuízos fiscais, adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários serão realizados quando da utilização dos prejuízos fiscais e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, sendo baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração. **m. Receitas e despesas:** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento. **n. Julgamento e Estimativas:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo imobilizado e intangível, (iii) o valor justo as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, (iv) das provisões para contingências e (v) expectativa de realização de crédito tributário. Há estimativa de que o imposto de renda e a contribuição social sejam realizados conforme ocorra a reversão ou enquadramento das diferenças temporárias nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. Devido a impossibilidade de mensuração confiável da evolução dos ajustes fiscais anuais, optou-se por realizar a mensuração da realização do montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa (Nota Explicativa 14). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa: a) Disponibilidades:**
No Início do Exercício
Disponibilidades 64 392
Conta Reserva - SPB 879 -
Saldo Final Exercício
31/12/2022 31/12/2021
943 392
b) Aplicações interfinanceiras de liquidez:
Até 3 meses Total Até 3 meses Total
Aplicações no mercado aberto - Posição Bancada 8.281 8.281
Letras do Tesouro Nacional LTN 8.281 8.281
5. Títulos e valores mobiliários:
Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

	2022		2021		2021	
	Valor	MTM	Valor	MTM	Valor	MTM
Disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	39.700	39.714	14	29.102	29.101	(1)
Bloqueado - Banco Central (**)	7.852	7.849	3	-	-	-
LFT vencimento em 01/03/2024 (**)	-	-	-	-	-	-
Total	47.566	47.549	17	29.102	29.101	(1)

(*) Os títulos e valores mobiliários da Instituição estão classificados em Nivel 1. (**) Valores bloqueados no Banco Central aguardando a aprovação do aumento de capital. Para os Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas, o valor de mercado é apurado com base nos preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. O cálculo do valor justo dos títulos é com preço cotado em mercado classificado no Nivel 1 na hierarquia de valor justo. **6. Operações de crédito: a. Saldos:**

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	MTM	Valor	MTM
Crédito pessoal	70.682	57.999	-	-
Crédito pessoal vencido	37.193	25.401	-	-
Crédito pessoal renegociação	9.541	2.372	-	-
Crédito pessoal renegociação vencido	5.			

continuação

FC FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - CNPJ 36.583.700/0001-01

12. IRPJ e CSLL:		2022		2021		2º semestre/22		31/12/2022		31/12/2021	
		IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL						
Resultado antes do IRPJ e CSLL		(54.601)	(54.601)	(16.505)	(16.505)						
Adições		48.176	48.176	15.798	15.798						
Provisão para contingência		-	-	17	17						
Provisão para devedores duvidosos		48.168	48.168	15.761	15.761						
Outros		8	8	20	20						
Exclusões		(31.767)	(31.767)	(999)	(999)						
Provisão para devedores duvidosos		(31.767)	(31.767)	(983)	(983)						
Outros		-	-	(16)	(16)						
Base de cálculo		(38.191)	(38.191)	(1.706)	(1.706)						
Total IRPJ e CSLL Devido		(38.191)	(38.191)	(1.706)	(1.706)						
13. Crédito tributário: Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, de acordo com os quadros a seguir:											
Ano Calendário		Prejuízo Fiscal		Base Negativa							
2020		7.024		7.024							
2021		1.706		1.706							
2022		38.191		38.191							
Total		46.921		46.921							
Prejuízo Ativoado 2020		1.756		1.053							
Prejuízo Ativoado 2021		426		256							
Prejuízo Ativoado 2022		9.548		5.729							
Saldo Final		11.730		7.038							
Os Créditos Tributários da Instituição estão ativados e seguindo regulamentação vigente, se enquadrando nos critérios de exceção conforme Resolução CMN 4.842/20 em seu art.º 4, §2º, II.											
Movimentação crédito tributário prej. fiscal:											
Descrição		Saldo Inicial 2021		Reali-zação Adição		Saldo Final 2022					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		3.638		(6.270)		12.042		9.410			
Subtotal		3.638		(6.270)		12.042		9.410			
Prejuízo fiscal IRPJ		2.183		9.547		11.730					
Subtotal - crédito tributário IRPJ		5.821		(6.270)		21.589		21.140			
Contribuição social											
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		2.183		(3.762)		7.225		5.646			
Subtotal		2.183		(3.762)		7.225		5.646			
Base negativa CSLL		1.309		-5.729		7.038					
Subtotal - crédito tributário CSLL		3.492		(3.762)		12.954		12.684			
Total - crédito tributário IRPJ / CSLL		9.313		(10.032)		34.543		33.824			
Expectativa de realização: A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada a geração de resultados futuros, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá em até 10 anos, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma (% sobre o montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa):											
Crédito Tributário - Prejuízo Fiscal e Base Negativa:											
Descrição		2023		2024		2025		2026		Total	
%		2%		20%		4%		74%		100%	
CSLL		150		1.388		281		5.219		7.038	
IRPJ		250		2.314		468		8.698		11.730	
Valor Previsto		400		3.702		749		13.917		18.768	
Crédito Tributário - Diferença Temporárias (PDD):											
Descrição		2023		2024		2025		2026		Total	
%		81%		19%		-		-		100%	
CSLL		4.577		1.069		-		-		5.646	
IRPJ		7.628		1.782		-		-		9.410	
Valor Previsto		12.206		2.850		-		-		15.056	
Consolidado											
Descrição		2023		2024		2025		2026		Total	
%		37%		19%		2%		41%		100%	
CSLL		4.727		2.457		281		5.219		12.684	
IRPJ		7.878		4.095		468		8.699		21.140	
Valor Previsto		12.605		6.552		749		13.918		33.824	
O valor presente da realização dos créditos tributários para os próximos 5 anos está assim constituído:											
Descrição		2023		2024		2025		2026		Total	
Em 2022 VP		352		3.257		659		12.246		16.515	
(*) Taxa DI em 31/12/2022 (Fonte: B3)											
Descrição		2023		2024		2025		2026		Total	
Em 2022 VP		10.740		2.508		-		-		13.247	
(*) Taxa DI em 31/12/2022 (Fonte: B3)											
Consolidado											
Descrição		2023		2024		2025		2026		Total	
Em 2022 VP		11.091		5.765		659		12.246		29.762	
14. Patrimônio líquido: a. Capital Social: O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 79.034 (setenta e nove milhões e trinta e quatro mil reais) e está representado por 79.033.903 de ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País. No exercício de 2022 ocorreram uma série de aumento de capital que totalizam R\$ 49.034 sendo que R\$ 41.314 já foram aprovados pelo BACEN nesse período e R\$ 7.720 aguarda aprovação do regulador. Com esses aportes, o saldo do patrimônio líquido da instituição em 31 de dezembro de 2022 é de 64.871 e o PLA é de R\$ 34.783.											
15. Receitas de											
intermediação financeira:		2º semestre/22		31/12/2022		31/12/2021					
Operações de Crédito		30.674		55.926		26.075					
Resultado de Operação com TVM		3.355		5.038		1.032					
Receita de Depósitos Interfinanceiros		156		322		181					
Recup. de Créditos Baixados p/ Prejuízo		992		1.048		8					
Total		35.177		62.334		27.996					
16. Desp. de intermediação financ.:		2º semestre/22		31/12/2022		31/12/2021					
Despesas de Captação		10.670		18.102		4.150					
Reversão / (Prov.) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(6.981)		18.655		14.778					
Total		3.689		36.757		18.928					
17. Receitas Operacionais:		2º semestre/22		31/12/2022		31/12/2021					
Receita de Tarifa de Cadastro		4.029		6.000		3.259					
Receita com Desconto Obtido		22		22		29					
Outras Rendas Operacionais		7		20		22					
Total		4.058		6.042		3.310					
18. Outras despesas administrativas		2º semestre/22		31/12/2022		31/12/2021					
Consultoria e auditoria		3.857		8.039		3.291					
Processamentos de dados		2.858		5.955		5.506					
Infraestrutura		702		1.317		548					
Depreciações e amortizações		372		714		595					
Propaganda, Publicidade e Publicação		273		555		130					
Outras		765		1.747		1.025					
Total		8.827		18.327		11.095					
19. Despesas com pessoal		2º semestre/2022		31/12/2022		31/12/2021					
Remuneração		3.590		6.722		4.542					
Encargos		1.155		2.432		1.443					
Benefícios		1.265		2.285		1.496					
Prêmios		-		719		453					
Total		6.010		12.158		7.934					
20. Despesas tributárias		2º semestre/2021		31/12/2022		31/12/2021					
Tributos Municipais		-		-		171					
Despesa com COFINS		1.101		1.969		1.057					
Despesa com ISS		201		300		163					
Despesa com PIS		178		320		172					
Tributos Federais		-		-		3					
Total		1.481		2.589		1.566					
21. Outras despesas operacionais		2º semestre/2022		31/12/2022		31/12/2021					
Desconto concedido		24.310		27.423		696					
Despesas Operacionais - Comissões		4.195		7.827		6.016					
Despesas Bancárias		814		1.536		736					
Prejuízo na Cessão		16.276		16.276		-					
Outras despesas Operacionais		58		86		122					
Total		45.653		53.147		7.570					
22. Gerenciamento de riscos: Estrutura do gerenciamento integrado de riscos: A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é parte integrante da estrutura de governança e busca assegurar a existência de um processo efetivo para gerenciamento dos riscos e capital, de forma a proporcionar transparência, compreensão adequada e a ação tempestiva e preventiva dos riscos expostos pela organização. A estrutura de gerenciamento de risco está sob responsabilidade do Diretor Financeiro, Gestão de Riscos e Capital, o qual se reporta diretamente ao Diretor-Presidente e possui autonomia necessária para o cumprimento de suas funções. O processo de governança dos riscos segue os princípios do modelo das três linhas de defesa, onde são atribuídas com clareza as responsabilidades de cada uma das linhas. A estrutura de gerenciamento de riscos, juntamente com as áreas de compliance, controles internos e controladoria compõem a segunda linha e atuam diretamente monitorando os riscos e controles, fornecendo suporte às áreas da primeira linha, responsáveis pelas operações e negócios da instituição. A supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos é exercida pelas auditorias interna e externa, que atuam de forma independente e representam a terceira linha de defesa. Em observância às regras do BACEN, a Instituição divulga o relatório de gerenciamento de riscos (Relatório Pilar 3), o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos, assim como informações qualitativas. Este relatório está disponível no site da FC Financeira (www.souqista.com.br) na seção de Gestão de Riscos. Riscos: Considerando o segmento de atuação, os riscos se encontram divididos entre: "Crédito", "Mercado (IRRBB)", "Liquidez", "Operacional" e "Capital", os quais serão detalhados a seguir: Risco de Crédito: O Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador e à redução de ganhos ou remunerações. O risco de crédito é inerente à atividade de empréstimos, e está presente em alguns produtos de derivativos, bem como em determinadas operações estruturadas. O gerenciamento do risco de crédito, ocorre durante todo o ciclo do crédito, da concessão, monitoramento, até a atividade de cobrança e recuperação. Avalia-se periodicamente suas exposições e o rating de crédito de seus clientes e contrapartes, estabelecendo limites e eventuais perdas potenciais, comparando com o que está expresso na declaração de apetite a risco da organização. Risco de Mercado (IRRBB): O Risco de Mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas por uma instituição financeira, bem como das suas margens financeiras, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities"). A Instituição segue uma política de manutenção de baixos níveis de exposição sendo que as exposições são relativamente conservadoras. Visto as características das operações da instituição, a estratégia e o modelo de negócio, as operações são alocadas na carteira de não negociação (carteira bancária). Para o gerenciamento do risco de mercado da carteira bancária (IRRBB), a área de Gestão de Riscos monitora e avalia o nível de exposição ao risco de variação na Taxa de Juros, baseado em abordagens de valor econômico, calcula o valor econômico do patrimônio da organização (EVE), VaR (Rban) e a exposição a receita líquida de juros (NIL), calculados em conformidade com a circular 3.876/18. Abaixo demonstramos a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros na variação da taxa de juros DI, em 30/12/22, nos termos da Instrução CVM 475/08:											
Fator de Risco		Cenário (1)		Impacto na carteira de investimentos							
Juros pós-fixados		50 b.p.		248,58							
		25 b.p.		124,43							
		10 b.p.		49,80							
		(10 b.p.)		(49,85)							
		(25 b.p.)		(124,70)							
		(50 b.p.)		(249,67)							
(1) Ressaltamos que a referida carteira de investimentos está conservadoramente alocada em títulos públicos, que é mantida a fim de gerar liquidez para a Instituição. Risco de Liquidez: O Risco de Liquidez consiste na possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que											
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS											
Aos acionistas e administradores da FC Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da FC Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FC Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "responsabilidades dos auditores independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior O balanço patrimonial em 31/12/2021, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 21/03/2022, sem modificação. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo											
da auditoria. Além disso - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas											

PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE FORMA RESUMIDA

São apresentadas as demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, está disponível no seguinte endereço eletrônico:

https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

ADECOAGRO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.835.579/0001-51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Adecoagro Brasil Participações S.A. apresenta-lhes o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em atendimento à Lei 6.404/76 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, convergentes com as normas internacionais, compreendendo o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2022 e encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas pelo Relatório dos Auditores Independentes.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Mesmo diante de um ano repleto de desafios, que envolveu desde fatores climáticos até mudanças regulatórias/tributárias com impacto significativo no agronegócio brasileiro, os resultados da Adecoagro no Brasil em 2022 foram muito positivos, principalmente pelo trabalho focado na eficiência, na flexibilidade e na estratégia comercial. Seguimos a ampliação de nossa área de cultivo e os indicadores de produtividade começaram a voltar ao patamar esperado, principalmente a partir do segundo semestre. O modelo de negócio pautado pela alta flexibilidade, que permitiu maximizar a fabricação do produto com maior contribuição marginal, e a comercialização dos produtos nos momentos mais vantajosos, foram diferenciais importantes para atingir os resultados planejados. Também continuamos progredindo com o projeto de geração de biogás a partir da vinhaça, que atualmente se traduz em maior produção de energia elétrica, com potencial para gerar biometano, reduzindo o consumo de diesel, um grande passo no caminho para nos tornarmos cada dia mais sustentáveis e eficientes. A entrega, o esforço e o foco de nossa equipe, a qual sou grato, nos permitem continuar crescendo de maneira consistente e sustentada, bem como consolidam a Companhia como uma referência no mercado.

Renato Junqueira Santos Pereira

Vice-Presidente de Açúcar, Etanol e Energia da Adecoagro no Brasil

2. DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

A Adecoagro Brasil Participações S.A. ("ABP" ou "Companhia") foi constituída em 1 de fevereiro de 2006 e está sediada no município de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo como controladora direta a Adecoagro LP S.C.S. ("LP" ou "Controladora"), com sede em Luxemburgo. O Grupo Adecoagro é controlado por empresa de capital aberto na Bolsa de Valores de Nova York, a Adecoagro S.A. e, no Brasil, é composto ainda pelas seguintes empresas, controladas pela Companhia: Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. ("AVI"), Usina Monte Alegre Ltda. ("UMAL"), Adecoagro Energia Ltda. ("AEN"), Angélica Energia Ltda. ("AEL"), Ivinhema Energia Ltda. ("IEL"), Adecoagro GD Ltda. ("AGD"), Monte Alegre Combustíveis Ltda. ("MAC"), Methanum Engenharia Ambiental Ltda. ("MET") e das empresas relacionadas: Adeco Agropecuária Brasil Ltda. ("AAB") e Adecoagro Agricultura e Participações Ltda. ("AAP"), estas duas últimas controladas da Adecoagro LP S.C.S. O Grupo tem como atividade preponderante a exploração agrícola da cana-de-açúcar, a produção, comercialização e exportação de açúcar e etanol e seus derivados, atividade de produção e comercialização de energia elétrica e produção e comercialização de outros produtos agrícolas. A produção agrícola é realizada majoritariamente em terras de terceiros, contratadas através de contratos de parceria agrícola de longo prazo, a qual é utilizada como matéria prima em seu processo produtivo. As atividades industriais do Grupo Adecoagro no Brasil se iniciaram em 2005 com a aquisição da Usina Monte Alegre Ltda (controlada da Companhia). A planta industrial de Angélica - MS entrou em operação em setembro de 2008, enquanto a industrial de Ivinhema - MS iniciou suas atividades em maio de 2013. Em agosto de 2022, a Companhia adquiriu 85% da participação societária da controlada Methanum Engenharia Ambiental Ltda., consolidando a parceria que vem desenvolvendo desde alguns anos, com foco em biogás e biometano. Em novembro de 2022, a controlada Angélica Energia Ltda. "AEL", localizada na cidade de Angélica - MS, iniciou suas atividades com a produção de um volume de 25.294 Megawatt-hora de energia elétrica com exportação líquida (venda) de 25.294 Megawatt-hora. Em dezembro de 2022, a controlada indireta da Companhia, Monte Alegre Combustíveis Ltda., localizada em Monte Belo - MG, iniciou suas operações de distribuição de combustíveis, comercializando 746 metros cúbicos de etanol hidratado. A seguir, apresentamos dados operacionais, financeiros, investimentos e sustentabilidade consolidados da Companhia:

3. RESULTADOS DO ANO

O volume de moagem foi de 10,5 milhões de toneladas, 0,5 milhão de toneladas menor do que 2021, devido ao início da moagem em meados de março como consequência de fatores climáticos adversos, após uma curta entressafra, sendo que para 2021 tínhamos realizado safra contínua. Apesar dos volumes menores, os resultados superiores foram explicados principalmente pelo aumento nas vendas líquidas impulsionadas pela flexibilidade operacional e comercial da Companhia, que

permitted aproveitásemos os preços atrativos do etanol e açúcar, principalmente no primeiro semestre. Ao longo de 2022, o cenário de preços dos produtos experimentou mudanças significativas. O início tardio das atividades de colheita no Centro-Sul do Brasil e os fortes preços internacionais do petróleo impactaram positivamente os preços no início do ano. Dentre as estratégias da Companhia para capturar a melhor remuneração pelo ATR produzido, podemos destacar (i) carregue de um maior volume de estoque de açúcar e etanol produzido em 2021 para ser vendido no início de 2022 e (ii) venda de etanol nos momentos propícios, capturando ditos preços, sendo 23% das vendas de etanol do ano realizadas a 26 ct/lb em equivalente de açúcar (aproximadamente 38% acima do preço de açúcar no mesmo período). No segundo semestre, os preços de etanol foram negativamente impactados por mudanças tributárias no Brasil (redução de ICMS e isenção de tributos federais sobre combustíveis). A Companhia conseguiu, com isso, rapidamente adaptar sua estratégia ao contexto atual, focando (i) na maximização da produção e comercialização de açúcar e etanol anidro, enquanto aumentava o estoque de etanol hidratado; (ii) na exportação de etanol anidro para a Europa para capturar um prêmio em relação aos preços domésticos (aproximadamente 35% de toda a produção), beneficiando-se das certificações e da capacidade de atender às especificações do produto; e (iii) na otimização do uso do bagaço como combustível para desidratar estoques de etanol, em detrimento da produção energia elétrica, principalmente devido aos baixos preços.

Dados operacionais		métrica	12M 2022	12M 2021	Varição	Var.%
Moagem						
Cana-de-açúcar moída	tons		10.485.000	10.941.000	(455.999)	(4,2%)
Produção						
Açúcar	tons		481.918	546.817	(64.899)	(11,9%)
Etanol	M3		540.231	534.603	5.628	1,1%
Hidratado	M3		184.644	292.708	(108.063)	(36,9%)
Anidro	M3		355.587	241.896	113.691	47,0%
Energia exportada	MWh		608.964	730.739	(121.775)	(16,7%)
CBios	Un.		500.333	629.806	(129.473)	(20,6%)
Área						
Plantação de cana-de-açúcar	hectares		192.987	185.806	7.180	3,9%
Área de expansão e renovação	hectares		31.405	29.311	2.094	7,1%

Receita líquida de vendas		RS/mil	Unidades				
métrica	12M2022	12M2021	Var.%	12M2022	12M2021	Var.%	
Açúcar (tons)	tons	949.448	1.114.759	(14,8%)	430.623	537.502	(19,9%)
Etanol (m3)	M3	1.891.297	1.468.339	28,8%	552.171	473.570	16,6%
Energia (Mwh)	MWh	150.592	228.292	(34,0%)	706.632	931.126	(24,1%)
Cbios	Un.	49.074	20.743	136,6%	550.796	503.501	9,4%
Graós	tons	51.781	51.157	1,2%	18.864	23.253	(18,9%)
Outros		562	885	(36,5%)	-	-	-
TOTAL		3.092.754	2.884.175	7,2%			

Indicadores financeiros		12M 2022	12M 2021	Var.%
Índice de liquidez corrente		2,30	2,37	(2,6%)
Dívida líquida (RS/mm)		2,291	2,339	(2,0%)
Índice de alavancagem		61	64	(4,8%)

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	6	241	260	776.219	588.156	Fornecedores	22	10	253.318	292.540	
Partes relacionadas	24	-	-	85	25	Passivo de arrendamentos	17	-	219.879	207.253	
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	-	10.353	8.447	Empréstimos e financiamentos	18	-	104.856	98.499	
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	8	-	-	76.726	48.850	Empréstimos com partes relacionadas	18	-	90.609	39.259	
Estoques	9	-	-	605.933	636.877	Instrumentos financeiros derivativos	17	-	7.964	-	
Tributos a recuperar	10	30	28	91.076	64.342	Salários e encargos sociais	9	-	98.442	92.907	
Ativo biológico	11	-	-	570.998	398.400	Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	-	415	496	
Outros ativos	12	-	8	40.312	49.614	Tributos a recolher	20	-	22.299	17.958	
		271	296	2.171.702	1.794.351	Partes relacionadas	24	8	15	-	
						Adiantamento de clientes	22	-	144.579	8.326	
						Outros passivos	22	-	54	1.383	
								18	15	942.415	758.621
Não circulante											
Realizável a longo prazo	10	-	-	96.078	103.939	Fornecedores	22	-	21.783	-	
Tributos a recuperar	21,3	-	-	9.555	9.344	Passivo de arrendamentos	17	-	1.392.535	1.059.493	
Depósitos judiciais	7	-	-	27.175	4.224	Empréstimos e financiamentos	18	-	989.642	928.032	
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	-	27.175	4.224	Empréstimos com partes relacionadas	18	-	1.882.343	1.861.116	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	-	-	7.554	21.224	Instrumentos financeiros derivativos	18	-	500	-	
Outros ativos	12	-	-	25.268	17.406	Provisão para contingências	21	-	11.638	12.834	
		-	-	165.630	156.137	Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	193.520	1.749	
						Outros passivos	-	-	2.030	1.584	
								-	4.493.991	3.864.808	
								18	15	5.436.406	4.623.429
Total do ativo											
		1.444.516	1.298.867	6.908.872	5.942.866						

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 1º de janeiro de 2021	Nota	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Lucros a distribuir	Hedge accounting reflexo			
Resultado abrangente do exercício		1.169.405	43.387	466.878	(571.058)	6.352	1.114.964	14.263
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	476.743	476.743	476.743
Hedge de fluxo de caixa das investidas reflexo, líquido dos impostos	27.3.b	-	-	-	(70.969)	-	-	(70.969)
Total do resultado abrangente		1.169.405	43.387	466.878	(642.027)	6.352	476.743	14.263
Contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas		-	-	-	-	-	-	-
Plano de remuneração em ações	34	-	-	-	-	-	14.163	14.163
Reembolso de ações restritas	34	-	-	-	-	-	(7.841)	(7.841)
Realização do custo atribuído reflexo, líquidos de impostos	27.3	-	-	-	(546)	546	-	-
Cisão de investimentos	13.2	(4.672)	-	-	-	283	(4.389)	(4.389)
Destinações do lucro:		-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	27.2	-	23.851	378.721	-	(402.572)	-	-
Dividendos distribuídos	27.2	-	-	(142.494)	-	(75.000)	(217.494)	(217.494)
Total de contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas		(4.672)	23.851	236.227	(546)	(476.743)	6.322	(215.561)
Em 31 de dezembro de 2021		1.164.733	67.238	703.102	(642.027)	5.806	1.298.852	20.585
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	397.460	397.460	397.460
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	397.460	397.460	397.460
Hedge de fluxo de caixa das investidas reflexo, líquido dos impostos	27.3.b	-	-	-	181.464	-	-	181.464
Total do resultado abrangente		1.164.733	67.238	703.102	(460.563)	5.806	397.460	1.877.776
Contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas		-	-	-	-	-	-	-
Plano de remuneração em ações	34	-	-	-	-	-	20.882	20.882
Reembolso de ações restritas	34	-	-	-	-	-	(13.499)	(13.499)
Realização do custo atribuído reflexo, líquidos de impostos	27.3	-	-	-	(513)	513	-	-
Destinações do lucro:		-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	27.2	-	19.873	199.122	-	(218.995)	-	-
Dividendos distribuídos	27.2	-	-	(254.300)	-	(178.978)	(433.278)	(433.278)
Total de contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas		-	19.873	(55.178)	(513)	(397.460)	7.383	(425.895)
Em 31 de dezembro de 2022		1.164.733	87.111	647.924	(460.563)	5.293	1.444.498	27.968

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Receitas									
Vendas brutas de produtos e serviços	29	-	3.299.753	3.145.952	Valor adicionado recebido em transferência	13	397.843	477.471	-
Receita referente a construção de ativos próprios	11/14	-	1.099.677	962.376	Participação nos lucros de controladas	33	12	11	17.175
Outras receitas		-	19.166	5.366	Receitas financeiras		-	-	22.160
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	-	(636)	(267)	Valor adicionado total a distribuir		397.513	476.935	1.717.582
		-	4.417.960	4.113.427	Distribuição do valor adicionado				
					Personal:				
Insumos adquiridos de terceiros					Remuneração direta	31	-	(374.817)	(335.079)
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados		-	(1.206.669)	(995.596)	Benefícios	31	-	(98.427)	(77.501)
Despesas de transporte	31	-	(94.811)	(101.491)	FGTS	31	-	(29.331)	(25.366)
Energia elétrica	31	-	(4.907)	(5.665)	Impostos, taxas e contribuições:				
Serviços de terceiros	31	(124)	(117.150)	(106.158)	Federais	29/31/32/33	(53)	(29)	(95.202)
Perda/recuperação de valores ativos		-	7.144	(84.082)	Estaduais	29/31/32/33	-	-	(206.150)
Outras despesas		(218)	(379)	(190.673)	Municipais	29/31/32/33	-	-	(844)
		(342)	(547)	(1.607.066)	Despesas financeiras	33	-	(163)	(555.812)
		(342)	(547)	(1.607.066)	Aluguéis	31	-	(8.008)	(64.884)
Valor adicionado bruto					Dividendos distribuídos		(178.978)	(75.000)	(178.978)
Depreciação e amortização	14/15/16	-	(1.110.487)	(994.862)	Lucros retidos do exercício		(218.482)	(401.743)	(218.482)
Valor adicionado líquido produzido					Valor adicionado distribuído		(397.513)	(476.935)	(1.717.582)
		(342)	(547)	(1.700.407)					

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

ADECOAGRO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

relacionados à agricultura. **1.2 Grupo Adecoagro:** O Grupo Adecoagro (o "Grupo Adecoagro") está presente na Argentina, no Brasil e no Uruguai com atividades relacionadas a produção de grãos, arroz, oleaginosas, amendoim, lácteos e seus derivados, açúcar, e etanol, em terras próprias e de parceria agrícola, além da co-geração de energia elétrica. No Brasil, suas operações compreendem a produção de etanol, açúcar, energia elétrica, soja, milho e arroz, nos estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, e está representado pelas seguintes empresas, que em conjunto formam o "Grupo Adecoagro Brasil": Adecoagro Brasil Participações S.A. ("ABP"), a Companhia, controladora do Grupo; Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. ("AVI", Holding operacional); Usina Monte Alegre Ltda. ("UMA"); Adecoagro Energia Ltda. ("AEN"); Monte Alegre Combustíveis Ltda. ("MAC"); Angélica Energia Ltda. ("AEL"); Methanum Engenharia Ambiental Ltda. ("MET"); Ivinhema Energia Ltda. ("IEL") (Sem operação); Adecoagro GD Ltda. ("AGD") (Sem operação); Adeco Agropecuária Brasil Ltda. ("AAB", controlada de Adecoagro LP SCS); Adecoagro Agricultura e Participações Ltda. ("AAP", controlada de Adecoagro LP SCS). Essas empresas compartilham as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais, cujos gastos são objeto de rateio conforme mencionado na Nota 24.1. O Grupo Adecoagro Brasil é controlado por empresa de capital aberto na Bolsa de Valores de Nova Iorque, a Adecoagro S.A., sediada em Luxemburgo.

RENATO JUNQUEIRA SANTOS PEREIRA
VICE-PRESIDENTE

LEONARDO RAUL BERRIDI
VICE-PRESIDENTE

BARBARA NOEMI SAYAGO
DIRETORA

FERNANDO FIGUEIREDO
CRC 1SP-167985/O-7

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 31 de março de 2022, sem modificações, contendo parágrafo de ênfase sobre saldos e transações entre partes relacionadas.

Compuway Comercial e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 54.969.134/0001-44

Balancos Patrimoniais – Em 31/12/2022 e 2021 (Em Reais)		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)					
	2022	2021	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Ativo							
Circulante	9.794.916	9.231.841					
Caixa e equivalentes de caixa	22.278	101.168				4.747.808	4.747.808
Clientes	8.985.189	8.532.966	2.500.000		(2.500.000)		
Impostos a recuperar	567.797	479.620		500.000	(500.000)		
Conta corrente com consórcios	174.259	74.507			4.747.808	(4.747.808)	
Outras contas a receber	45.393	43.580			(220.000)		(220.000)
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Clientes	8.414.458	10.291.460				576.308	576.308
Total do ativo	18.209.374	19.523.301					
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante	3.645.348	942.290					
Fornecedores	2.973	31.144					
Debêntures	3.526.729						
Obrigações trabalhistas e sociais	50.512	51.741					
Obrigações tributárias	43.480	61.664					
Conta corrente com consórcios	21.654	797.741					
Não Circulante	4.703.609	8.809.060					
Debêntures	3.589.873						
Partes relacionadas		7.626.598					
Obrigações tributárias	1.113.736	1.182.462					
Patrimônio líquido	9.860.417	9.771.951					
Capital social	5.000.000	5.000.000					
Reserva legal	1.000.000	1.000.000					
Reserva de lucros	3.860.417	3.771.951					
Total do passivo e patrimônio líquido	18.209.374	19.523.301					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em Reais)		Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em Reais)		
	2022	2021		
Receita operacional líquida	10.250.320	17.651.365	Lucro líquido do exercício	576.308
Custos dos serviços prestados	(6.994.205)	(11.791.458)	(=) Total do resultado abrangente do exercício	4.747.808
Lucro bruto	3.256.115	5.859.907		
Despesas/receitas operacionais				
Gerais e administrativas	(1.400.733)	(43.891)		
Lucro antes do resultado financeiro	1.855.382	5.816.016		
Resultado financeiro líquido	(912.702)	(506.813)		
Lucro antes dos impostos	942.680	5.309.203		
IRPJ e Contribuição Social Corrente	(397.824)	(279.268)		
IRPJ e Contribuição Social Diferido	31.452	(282.127)		
Lucro líquido do exercício	(366.372)	(561.395)		
	576.308	4.747.808		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em Reais)	
	2022
Lucro líquido do exercício	576.308
Itens que não afetam o caixa operacional	
Depreciação e amortização	1.327.412
Provisão dos juros sobre debêntures	912.702
Juros sobre contratos de mútuo	205.661
Lucro líquido do exercício ajustado	3.022.083
Aumento/diminuição dos ativos e passivos operacionais	
Clientes	1.424.779
Impostos a recuperar	(88.176)
Outras contas a receber	(1.813)
Fornecedores	(28.172)
Obrigações trabalhistas e sociais	(1.229)
Obrigações tributárias	(86.910)
Conta corrente com consórcios	(875.840)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petróleo sobe mais de 6%, após anúncio de cortes na produção da Opep+

O petróleo avançou mais de 6% na sessão desta segunda-feira, 3, após anúncio de cortes na produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+). Neste domingo, 2, o grupo informou que iria cortar sua produção, o que foi ratificado em comunicado hoje, com a redução totalizando 1,66 milhão de barris por dia (bpd). Analistas apontam que a medida oferece de fato suporte aos preços, além de ampliar a possibilidade de déficit na oferta global da commodity.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para maio subiu 6,28% (US\$ 4,75), a US\$ 80,42 o barril, enquanto o Brent para junho, negociado na Intercontinental Exchange (ICE), teve ganho de 6,31% (US\$ 5,04), a US\$ 84,93 o barril.

Na visão da Oanda, a decisão da Opep reflete que a organização está disposta a oferecer suporte aos preços do óleo acima do nível de US\$ 80 o barril. "Claramente, os sauditas não estavam confortáveis com a queda dos preços do petróleo e queriam enviar uma mensagem aos mercados", avalia o analista Edward Moya, da Oanda. Moya acredita que projeções para o preço do petróleo devem aumentar e prevê tendência de alta até o nível US\$ 100.

O Bank of America (BofA) também sustenta esta perspectiva, lembrando que a Arábia Saudita já descreveu anteriormente a Opep como "reguladora dos mercados de petróleo".

Ademais, o Citi ressalta que esta não deve ser a "última mudança na produção" realizada pela Opep e aliados neste ano.

Isto é Dinheiro

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis – Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em Reais)

1. Contexto operacional – A Compuway Comercial e Serviços S.A. ("Companhia") é uma Sociedade anônima com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, comércio e prestação de serviços de instalação, assistência técnica e manutenção de aparelhos, equipamentos e instrumentos de medida, teste e controle, desenvolvimento e licenciamento de programas e sistemas customizáveis e não customizáveis, locação, importação, exportação e montagem de equipamentos, serviços de engenharia, inclusive projetos, consultoria e gerenciamento, serviços de operação e manutenção de sistemas de saneamento, execução e administração de obras. A Companhia também opera através da participação em outras empresas (consórcios) a seguir relacionadas: **1.1. Consórcios para atividades operacionais com custo compartilhado:** Na prestação de serviços de engenharia, existem consórcios constituídos para a execução das atividades operacionais dos contratos, onde as receitas são faturadas e registradas diretamente nos registros contábeis de cada consorciado e o custo é compartilhado e registrado nos consórcios: **a) Consórcio ENOPS-COMPUWAY VRP SUL:** para execução do Contrato e Prestação de Serviços de Engenharia junto a SABESP (nº 28.275/15); **b) Consórcio VD Vila do Encontro,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia junto a Sabesp (nº 14.330/16); **c) Consórcio Performance Meta,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia junto a Sabesp (nº 01.795/18); **d) Consórcio Performance Melhor Performance,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia junto a Sabesp (nº 02.174/18); **e) Consórcio Performance Itaim Paulista,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia junto a Sabesp (nº 03.971/19); **f) Consórcio Performance Ermelino Matarazzo,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia junto a Sabesp (nº 407/20); **g) Consórcio Otimização Leste,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia junto a Sabesp (No. 641/20). **h) Consórcio Performance Vila Formosa,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia junto a Sabesp (No. 02.578/21); **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis – 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 30/03/2023. As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e nos Pronunciamentos, nas Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes a: (a) seleção das vidas úteis do ativo imobilizado; (b) avaliação de ativo intangível de vida útil indefinida; (c) provisões necessárias para passivos contingentes; (d) receitas de contratos – parte preponderante da receita de prestação de serviços é reconhecida levando em consideração o estágio de execução de cada contrato, denominado percentagem de obra concluída – POC. O método de reconhecimento de receita por meio do POC requer o uso de estimativas do orçamento de custos do projeto, a fim de estabelecer uma proporção e relação aos custos já incorridos. Essa proporção é aplicada sobre o valor da receita total contratada do projeto, determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período; (e) determinações de provisões para imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.2. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações

contábeis estão descritas a seguir: **2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. **2.2.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da "PECLD", tal provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.2.3. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, às taxas anuais que levam em consideração o prazo de vida econômica dos bens. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. **2.2.4. Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **2.2.5. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Durante o exercício não foram identificados valores em processos judiciais a provisionar. **2.2.6. Debêntures:** As debêntures tomadas são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pró-rata temporis"). **2.2.7. Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos,

quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e (ou) cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **2.2.8. Imposto de renda e contribuição social (lucro presumido):** Definida pela Lei nº 7.689/88, foi calculado com base no lucro presumido (percentual de presunção do faturamento acrescido das demais receitas tributáveis), observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social. **2.2.9. Reconhecimento de receita:** Receitas de contratos: a receita de prestação de serviços de engenharia é reconhecida levando-se em consideração o estágio de execução de cada contrato, ou seja, o progresso de cada obrigação de desempenho satisfeta ao longo da vigência do contrato sendo o progresso da obrigação de desempenho medido pela proporção dos custos incorridos em relação ao total dos custos estimados. A demais receitas operacionais são mensuradas pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeta, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo serviço; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (iv) o cliente aceitou o serviço. **2.2.10. Apuração do resultado:** Os resultados de serviços prestados de engenharia de projetos são registrados com base no regime de competência. **2.2.11. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações:** Não existem novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Companhia que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado. **2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descrita na Nota Explicativa 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas as estimativas contábeis são reconhecidas no período que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas o período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ana Lúcia Teixeira Berenhauer – Diretora Geral

Thais Luz Fernandes – CRS SP ISP 338.313/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

administradora é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes

para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de março de 2023.

IBDO
BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2SP 013.846/O-1
André Silva Moura
Contador CRC 1SP 300.564/O-7

Política

Datena pede a Boulos que 'peite' Lula e sugere chapa com ambos



O apresentador José Luiz Datena sugeriu ao deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP) que “peite” o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em vídeo gravado de uma conversa com a presença dos dois que ocorreu no último sábado (1).

Recém-filiado ao PDT, Datena sugere no vídeo a Boulos, pré-candidato a prefeito de São Paulo, que ambos formem uma chapa na eleição.

“Se você peitar o PT e nós sairmos candidatos, se você falar para o Lula: eu quero o Datena como vice e sinto muito, nós podemos sair”, diz Datena na conversa, em torno de uma mesa, com Boulos e outras pessoas.

O deputado federal não

se manifestou sobre a sugestão e manteve-se em silêncio. Ele tem repetido que seu vice será do PT, parte de um acordo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva firmado no ano passado.

A conversa ocorreu na casa de Boulos, num encontro em que participaram corintianos ilustres, como o ex-jogador Neto. O futebol tomou grande parte da noite, até que Datena começou a falar de política.

A tese do apresentador expressa no vídeo é que Boulos é o único nome da esquerda capaz de ser o substituto de Lula, e por isso o PT vai fazer de tudo para sabotá-lo.

“O PSOL é um partido que está surgindo, com força importante. Tem o único cara de esquerda capaz de ser o

substituto do Lula. E o PT não aceita isso, vai querer fazer o [Fernando] Haddad”, diz o apresentador, ao que Boulos reage: “É isso mesmo”.

Datena prossegue: “[O PT] Não quer que você [Boulos] seja eleito, para você se fuder na eleição, [e dizerem] tá vendo, o Boulos não tem potencial”.

Após refugar na última hora de diversas candidaturas nos últimos anos, Datena voltou a flertar com um projeto eleitoral recentemente. Na conversa, ele diz a Boulos que sair candidato sem o PT seria melhor.

“Se o Lula naufragar na política econômica, ele vai te empurrar para baixo. Se você sair candidato pelo PSOL sem o PT, não tem esse risco”, diz.

Fábio Zanini/Folhapress

Decisões de Moraes sobre golpistas presos têm trechos repetidos e frases genéricas

A lista de 313 pessoas mantidas presas pelos atos golpistas de 8 de janeiro inclui acusados de depredar as sedes dos Três Poderes, disseminar fake news e incitar a tentativa de golpe. O grupo permanece preso quase três meses após os ataques golpistas.

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes concluiu a análise da situação das mais de 1.400 pessoas que, até o início de março, seguiam atrás das grades.

Em sua maioria, as decisões trazem trechos repetidos e frases genéricas, sem avançar nos detalhes sobre os atos praticados por cada um dos detidos.

Advogados e defensores públicos questionam que, sem a individualização de condutas, a manutenção das prisões não se sustenta. Procurado, Moraes não comentou o assunto.

Entre os argumentos citados pelo ministro para a manutenção da prisão está o “risco concreto de reiteração de mobilizações criminosas”.

Ele também mencionou o “fundado receio” de que os investigados, em liberdade, possam “encobrir os ilícitos e alterar a verdade sobre os fatos, sobretudo mediante coação a testemunhas e outros agentes envolvidos e ocultação de dados e documentos que revelem suas ligações com terceiros”.

Constança Rezende e Marcelo R./Folhapress



Ação no TSE que pede Bolsonaro inelegível chega à fase final para julgamento



O corregedor-geral eleitoral, Benedito Gonçalves, concluiu a fase de coleta de provas no processo mais adiantado contra a chapa encabeçada por Jair Bolsonaro (PL) nas eleições de 2022. O caso pode levar à inelegibilidade do ex-presidente.

Na sexta-feira (31), o ministro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) determinou a intimação das partes para que apresentem seus últimos argumentos (alegações finais) nos autos da AIJE (ação de investigação eleitoral).

A ação trata do encontro promovido por Bolsonaro no Palácio do Alvorada com embaixadores em julho do ano passado, quando o então mandatário fez ataques sem provas ao sistema eleitoral.

São partes, além de Bolsonaro, o então candidato a vice Walter Braga Netto (PL) e o PDT, partido da base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e autor da representação que deu início à ação.

A partir da intimação, eles terão dois dias para apresentar as alegações finais. Na sequência, a PGE (Procuradoria-Geral Eleitoral) opinará sobre o caso também em prazo de 48 horas.

Quem toca a PGE é o subprocurador Paulo Gonet Branco, designado por Augusto Aras para a função de vice-procurador-geral eleitoral.

A ação apura a suposta prática de abuso de poder político e de uso indevido dos meios de comunicação na realização do encontro com

dezenas de representantes estrangeiros.

Naquele encontro, Bolsonaro repetiu teorias da conspiração sobre as urnas eletrônicas, promoveu novas ameaças golpistas e atacou ministros dos tribunais superiores.

Gonçalves afirmou que há nos autos “rico acervo probatório” e que ele foi “formado com ampla participação das partes e do MPE [Ministério Público Eleitoral]”.

Foi possível, segundo o magistrado, “conjugado contraditório e celeridade, conduzindo-se o procedimento com estrita observância ao diálogo processual, à boa-fé objetiva, ao princípio da não surpresa e ao dever de fundamentação”.

Marcelo Rocha/Folhapress